

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

THAISE DOS SANTOS SILVA

**A INFLUÊNCIA DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NA EDUCAÇÃO
DURANTE O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL ARGENTINO (1976-1981)**

São Cristóvão/SE

2015

THAISE DOS SANTOS SILVA

**A INFLUÊNCIA DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NA EDUCAÇÃO
DURANTE O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL ARGENTINO (1976-
1981)**

Monografia apresentada à disciplina Prática de Pesquisa, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Augusto Silva.

São Cristóvão/SE

2015

Dedico este trabalho a todas as pessoas que foram obrigadas pelo Processo de Reorganização Nacional, a não esquecer o real significado da palavra “desaparecido”.

AGRADECIMENTOS

Há momentos na vida em que não conseguiríamos realizar certas coisas sem da ajuda direta ou indireta de algumas pessoas. No meu caso, com certeza foram muitas, pois a caminhada para a efetivação deste trabalho foi longa e não muito fácil, mas me considero sortuda, pois tive sempre boas pessoas ao meu lado, me dando a mão ou um conselho amigo ou profissional quando mais precisei.

Primeiramente quero agradecer aos meus pais, João e Josefa, que sempre fizeram um esforço sobre-humano para que eu tivesse acesso à educação e bom desempenho em todas as etapas da minha vida estudantil. Vocês são minha razão de viver. Agradeço demais às minhas irmãs Luciana, Tatiana, Alessandra e Elaine, que sempre me socorrem e aconselham em qualquer situação. O amor e a união que existe entre nós é algo muito bonito e raro. Sou igualmente grata aos meus irmãos, Alex e Robson, pelo apoio incondicional e exemplos que sempre foram para mim, principalmente falando de esforço, dedicação e superação. Juntos formamos uma família linda.

Abro um parêntese especial para minha cadela Mellyssa, que mesmo tendo me acompanhado apenas nos dois primeiros períodos da graduação, sempre representou muito para mim. Jamais esquecerei seu amor e lealdade. E por falar em amor, faço um agradecimento especial os meus sobrinhos, meus verdadeiros amores, Alexandre, Paulo Roberto, Thales Vinícius e Letícia, que me fazem sentir maravilhosamente bem, entre todas as travessuras que fazemos juntos. Lamento cada minuto ausência minha na vida de vocês. Mas, prometo que tudo valerá à pena.

Agradeço também aos meus cunhados e em especial a Antonio Luiz, pela bondade e auxílio prestado inúmeras vezes. À minha avó, Maria da Glória (*in memoriam*) pelo prazer da conversa e companhia. Tenho certeza que estaria muito orgulhosa nesse momento.

Ao meu orientador Augusto Silva, por ter aceitado construir comigo este trabalho e a minha outra orientadora Célia Costa, que me apresentou ao universo acadêmico e deste então tem tido a maior paciência do mundo. Obrigada por ter me apresentado ao tema pelo qual me apaixonei e por me encorajar sempre a não desistir, mesmo com todas as dificuldades que muitas vezes norteiam qualquer pesquisa. Nossa parceria tem dado muito certo. Agradeço a todos os professores que tive a oportunidade de ser aluna, pois aprendi um pouco com cada

um. Em especial ao Prof. Eduardo Pina, Edna Maria, Petrônio Domingues, Fernando Sá, Bruno Álvaro, Cristiano Ramalho e Claudefranklin Monteiro.

Sou também muito grata à CAPES, por ter me dado a oportunidade de participar do PIBID, que contribuiu e muito para a minha formação profissional. Após 03 anos de programa ganhei uma carga significativa de experiências positivas adquiridas ao lado de todos integrantes e em todas as escolas pelas quais passei. Foi realmente muito gratificante.

Ao meu noivo Hericly Andrade Monteiro, que ao longo de toda a minha graduação e me ajudou de todas as formas possíveis, seja com materiais, pesquisa ou simplesmente com palavras, presença e amor. Você é um grande incentivador na minha carreira. Agradeço a todas as meninas com quem tive o prazer de conviver, ao longo desses 03 anos de residência em São Cristóvão, em especial, Tatiana, Jéssica, Edla, Ana, Vanessa, Paula, Samoa, Gardênia e Cleane. Sair do conforto da casa dos pais não é nada fácil, mas vocês aliviaram e muito esse peso.

Agradeço imensamente às amigas que fiz na Turma 2010.2, às gargalhadas que demos juntos, às descobertas que fizemos, e a tudo que se passou nesses quase 05 anos de curso. Um abraço especial a Valéria e Raianne, pois juntos formávamos o trio inseparável. Registro aqui também o meu carinho a Mirelle, Sofia, Mayara (*in memorian*), Riclécio, Christian, Alessandro, Eder, etc.

Agradeço também a toda a equipe do Arquivo do TRT 20, Lourdes, José, Arlene e Domingos, os quais nos acolheram com todo o carinho e sempre cuidaram para que desenvolvêssemos bem nossas atividades. Aos meus colegas neste estágio, Mário e Hugo, pelo prazer da convivência e conselhos sábios.

Enfim, são muitas pessoas merecedoras de estar aqui. Peço perdão se esqueci alguém.

RESUMO

Os regimes ditatoriais das décadas de 60 e 70 espalharam-se por vários países, sendo a América Latina seu terreno mais fértil e duradouro. A idéia de perigo vermelho, legado da chamada Guerra Fria, instaurou um clima de tensão entre os países capitalistas que temiam a disseminação do comunismo, principalmente em países subdesenvolvidos ou de terceiro mundo. Para evitar tal acontecimento, criou-se logo após a Segunda Guerra Mundial a Doutrina (ou Ideologia) de Segurança Nacional, que colocava o combate ao marxismo como uma questão de segurança interna e estabelecia um conjunto de ações e empreendimentos táticos e psicológicos para o combate do comunismo. Segundo seus preceitos, o verdadeiro inimigo da nação não correspondia à fatores externos, mas sim às pessoas infiltradas internamente com o objetivo de implantar o comunismo em seu país de origem. Essa doutrina serviu de âncora para o surgimento e permanência de regimes de direita cuja utilização do Terrorismo de Estado foi apenas umas das suas características. Através dessa ideologia, havia também um conjunto de táticas para a identificação e apreensão do suposto subversivo, o que foi propagado e muito recorrente na Argentina, principalmente entre os anos do Processo de Reorganização Nacional (1976 a 1983). Assim, de acordo com a ideologia do Processo, que era condizente com a Doutrina de Segurança Nacional houve intervenções em vários aspectos da vida social. Este artigo objetiva elencar e discutir quais as principais aplicações dessa ideologia no campo educacional durante o último golpe de estado da Argentina, buscando entender suas principais políticas educacionais para o período.

Palavras- chave: Ditadura Argentina, Educação, Ideologia de Segurança Nacional.

ABSTRACT

The dictatorships of the 60s and 70s spread over several countries, Latin America being its most fruitful and lasting ground. The idea of red danger, legacy of the Cold War called, introduced a climate of tension between the capitalist countries who feared the spread of communism, mainly in developing countries or Third World. To avoid such an event, croup- shortly after the Second World War the doctrine (or ideology) of National Security, which put the fight against Marxism as a matter of internal security and established a set of actions and tactical and psychological developments for combat of communism. According to its statutes, the real enemy of the nation did not correspond to external factors, but people infiltrated internally in order to establish communism in their country of origin. This doctrine served as the anchor for the emergence and permanence right schemes whose use of state terrorism was just one of its features. Through this ideology, there was a set of tactics to the identification and apprehension of alleged subversive, which was propagated and very recurrent in Argentina, especially in the years of the National Reorganization Process (1976-1983). Thus, according to the Case ideology, which was consistent with the National Security Doctrine were interventions in various aspects of social life. This article aims to list and discuss what the main applications of this ideology in the educational field during the last coup in Argentina, trying to understand its main educational policies for the period.

Key words: Dictatorship Argentina, Education, Ideology of National Security.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1: DISCUSSÃO TEÓRICA E BIBLIOGRÁFICA.....	14
CAPÍTULO 2: HISTÓRICO DO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL ARGENTINO.....	25
CAPÍTULO 3: IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO ARGENTINA (1976- 1981).....	34
CONCLUSÃO.....	46
FONTES.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

INTRODUÇÃO

O estudo das ditaduras recentes na América Latina vem se intensificando ao longo do tempo, pois torna-se cada dia mais necessário pesquisar e relembrar esses períodos marcados pelo grande desrespeito aos direitos humanos na nossa contemporaneidade. Quem sabe assim, através do conhecimento desses eventos em todas as suas características estejamos mais preparados para evitar que se repitam aqui e em parte alguma do mundo. A sequência de Golpes de Estado que se deu entre as décadas de 60 e 70 foi realmente impressionante. Inaugurada com o Brasil em 01 de abril de 1964, essa fase iria perdurar até 1976 com o golpe de estado na Argentina, este, denominado Processo de Reorganização Nacional, deflagrado em 24 de março de 1976.

Imerso no contexto da Guerra Fria, quando uma forte oposição ideológica permeava os Estados Unidos (representando o capitalismo) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (representando o comunismo) o último Golpe de Estado na Argentina é talvez, o que mais levou a sério e até às últimas consequências os preceitos da Ideologia de Segurança Nacional, advinda principalmente dos Estados Unidos e da França. Todas as práticas repressivas contra os opositores do regime baseavam-se na extinção do chamado inimigo interno, principal agente ao qual se deveria combater para que se alcançasse uma sociedade baseada no catolicismo e no capitalismo. No âmbito educacional, essas medidas foram em larga escala, pois esse era um dos campos considerados mais propícios para o surgimento do socialismo e das formações sindicais.

A Doutrina de Segurança Nacional ainda é um tema bastante recorrente nas pesquisas atuais sobre as ditaduras das décadas de 60 e 70 na América Latina. Essa frequência é explicada pelo caráter imprescindível da doutrina para o desfecho e manutenção desses golpes de direita. Assim, torna-se mínimo dificultoso tentar entender a dinâmica desses regimes sem primeiramente conhecer o contexto mundial, no qual essa ideologia foi gestada.

Originada nos Estados Unidos logo após da Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional inspirava-se no combate à influência do comunismo, na tentativa de barrar o avanço desse sistema em países até então, capitalistas. A maioria dos estudiosos concorda quanto ao ano de seu surgimento: 1947, contemporânea à criação da famosa *Doutrina*

*Truman*¹ anunciada ao Congresso norte-americano em 1947. Baseada na Lei de Segurança Nacional (*National Security Act*) daquele mesmo ano, ela foi propagada pelos EUA e assimilada pela maior parte dos países latino-americanos². A partir de sua criação, foi aperfeiçoada e preparada para ser transmitida à América Latina através dos franceses e norte-americanos em verdadeiros cursos e aulas sobre como lidar com supostos comunistas. Vários milhares de militares viajavam ano após ano em verdadeiros cursos intensivos sobre a tática do anticomunismo, a fim de se tornarem especialistas em anti- subversão.

Para esse fim, foram criadas várias escolas para a formação de profissionais capazes de identificar o foco comunista nos países da América Latina. Milhares de militares latino-americanos fizeram cursos nestes ditos Colégios, e voltaram munidos de táticas de enfreteamento e aniquilação de suspeitos comunistas. Segundo Joseph Comblin, até 1975, segundo as estatísticas do Departamento de Defesa, 71.651 militares americanos haviam passado por uma dessas escolas³. Os programas de formação militar para guerras psicológicas/ ideológicas prosperaram principalmente com a Escola do Exército Americano para as Américas (U.S. Army School of the Americas) em Fort Gulick, onde se formaram cerca de 30 mil militares americanos⁴. Além da formação destinada aos militares, foram fornecidas armas de baixo custo aos países aliados e também intercâmbios, cursos, estágios e operações conjuntas com as forças armadas sul- americanas.

Detentora de um forte caráter psicológico, a Doutrina ou Ideologia de Segurança Nacional pregava uma atenção especial das forças estatais no que diz respeito às ações não armadas de grupos que atacavam ou simplesmente criticavam o regime então vigente de seus países. Pois nem sempre as maiores ameaças ao país estavam em bombas ou ataques físicos. Onde houvesse reivindicações armadas ou ideológicas, haveria o perigo do foco comunista que poderia infectar todo o país levando- o à ruína, representada pela instauração do comunismo. Aquele que fosse identificado praticando alguma dessas ações, era visto como subversivo e na maioria das vezes, deveria desaparecer, pelo bem da nação.

Ou seja, a repressão seria direcionada não só à grupos paramilitares ou guerrilhas locais, mas também à qualquer maneira de pensamento oposto ao instituído. Era necessário

¹A Doutrina Truman visava isolar a América do perigo comunista através da proteção dos Estados Unidos. Somente eles deveriam cuidar e intervir quando necessário nos governos americanos, em nome da suposta liberdade cujo comunismo ameaçaria.

²AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Regimes militares e a segurança nacional no Cone Sul. Revista **Militares e política**. Nº 09. P 64- 82.

³ COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1978. P. 140.

⁴ Idem (Comblin, 1980, p. 140)

evitar principalmente, a propagação e pregação de uma nova ideologia através do doutrinação marxista, caracteristicamente feito em surdina, nos ambientes considerados mais suscetíveis, como o educacional e o trabalhista, onde a facilidade de mobilização era mais evidente. Esse era, pois o verdadeiro temor dos pregadores dessa Doutrina: o medo da influência ideológica do comunismo.

A DSN foi trazida para a América Latina através dos franceses e norte- americanos, ensinados por eles em verdadeiros cursos e aulas sobre como lidar com supostos comunistas. Tal estratégia consistiria em utilizar métodos de identificação e apreensão dos prováveis comunistas e uma vez que os golpes fossem deflagrados, a repressão se estenderia aos opositores. Nestes regimes, caracterizados pelo objetivo de moldar o país pelo catolicismo e prevenção do comunismo havia a idéia de que os verdadeiros inimigos da nação não viriam do exterior, mas estariam infiltrados na nação, se articulando na perspectiva de um golpe de esquerda. Assim, foi criado o mito de que o exército deveria proteger a nação, antes que os comunistas dessem seu golpe, o que já estava certo. Está claro que incutida nessa doutrina estava o interesse econômico dos Estados Unidos, interessados na expansão e manutenção de novos mercados.

Com base nessa ideologia, a repressão na Argentina foi sumária a todos que eram considerados “subversivos”, o que não se referia apenas aos que participavam da luta armada. Para a maior eficiência da repressão, já que esta era descentralizada, todo o território argentino foi dividido em cinco zonas, pelas quais militares escolhidos pela Junta eram responsáveis. Isso incluía, principalmente, a administração das práticas repressivas. Havia agrupamentos não identificados especializados na investigação, captura, interrogatório, tortura e provável morte dos presos. Estes agiam sob orientação dos chefes das Zonas Militares. Esses agrupamentos incluíam pessoas das três armas, além da polícia e supostamente, funcionários da prefeitura. Após a captura, os presos eram levados aos Centros Clandestinos de Detenção espalhados pelo país, onde os presos passavam pelo processo de tortura, antes do desaparecimento forçado, obtido através de vários meios, como os voos da morte, incinerações ou enterros em valas coletivas. Cinco grandes centros se destacaram: a Escola Mecânica da Armada (ESMA) e o Clube Atlético na Cidade de Buenos Aires; o Campo de Maio e o Vesubio na Grande Buenos Aires e La Perla, em Córdoba.

Pelo fato de a Doutrina ter bases ideológicas, o campo educacional foi um dos mais atingidos, pois era um dos lugares onde a contaminação subversiva poderia se disseminar

mais facilmente. Esse é um campo formador de opiniões e merecia muita atenção por parte do governo. As intervenções se deram em todos os níveis da educação, ou seja, do primário ao ensino superior, embora esta pesquisa se centre na Educação básica. No ambiente escolar, a subversão poderiam estar implícita a partir de vários fatores. De acordo com a Doutrina, havia o perigo de entre os alunos haver comunistas, ou de seus pais o serem, ou que era considerado pior: os professores poderiam incutir na mente do alunado idéias subversivas. Por isso tantas táticas para combater a subversão estudantil foram praticadas. Frente a isso não podemos esquecer que os estudantes correspondem à segunda categoria que mais desapareceu no período de 1976- 1983, atrás somente dos trabalhadores. A escola modelo deveria formar o jovem argentino de acordo com os parâmetros golpistas de ordem, capitalismo e cristianismo. Quem não o fizesse seria punido e não muito dificilmente engrossaria a lista de desaparecidos, composta logo nos primeiros anos do golpe

A sociedade argentina é memorialista, valoriza muito o seu passado recente e procura manter na população a memória e a ânsia por justiça para com os responsáveis pelos milhares de assassinatos e desaparecimentos no caso da última ditadura. Há um grande número de políticas públicas voltadas à exaltação da memória individual e coletiva. Além disso, uma vastíssima gama de documentos se encontra disponível nos vários sites especializados no assunto, sem os quais esta pesquisa não seria viável. Tudo isso para que não haja barreiras entre o cidadão, o pesquisador e a História do país. Os ex- militares que atuaram durante este regime militar foram condenados à prisão perpétua, uma ação que partiu do próprio estado em comunhão com a mobilização da sociedade. Os esforços para que a memória desse período não seja esquecida vão desde a criação de locais de memória espalhados pelo país, até a confecção de manuais didáticos voltados para os professores, a fim de ajudá-los a tratar neste assunto em sala de aula. Além disso, vários documentos acerca do período de 1976 a 1983 já estão disponíveis na internet, à disposição de pesquisadores que desejam dar sua contribuição na tentativa de entender cada vez mais o que se passou no país durante esse período tão obscuro.

Analisaremos apenas o período em que Jorge Rafael Videla, comandante em chefe do Exército, permaneceu à frente da junta militar: 1976 a 1981, por considerarmos esse o período mais repressivo da ditadura, em especial os três primeiros anos. Para obter tais resultados, faremos uso de vários documentos da época, como Resoluções Ministeriais, folhetos distribuídos nas escolas, Atas das reuniões da junta militar, Planos educacionais, além é claro, da bibliografia recente sobre o tema.

Metodologicamente, o trabalho consistirá na leitura e análise da gama de documentos reunidos ao longo de dois anos. A partir daí haverá a revisão bibliográfica com os principais autores sobre o tema e o confronto de fontes, a fim de tentar perceber quais práticas reorganizadoras realmente foram impostas à educação. Importante também será a análise dos Ministros da Cultura e Educação, já que uma cifra de 06 pessoas ocupou esse cargo durante o período estudado. Dessa forma, buscaremos dar o máximo de rigor e qualidade ao trabalho.

CAPÍTULO 1: DISCUSSÃO TEÓRICA E BIBLIOGRÁFICA

Esta é uma pesquisa que se desenvolverá no campo da História da Educação e da História Política, buscando fazer um estudo sobre a influência mútua entre as duas áreas. A História Política se viu renovada principalmente a partir da década de 70, abandonando suas principais características de história política tradicional, ou seja, de história “dos grandes homens”, que era escrita por historiógrafos, que só se imbuíam da função de contar a vida dos governantes e dos feitos de pessoas consideradas notáveis. Esse campo da História era acusado de fazer uma análise parcial das fontes históricas, ser vazia de críticas e ser marcada por forte pragmatismo. A partir do contato com a Ciência Política, esse campo da história viu-se com novas características e dimensões, passando a abranger outros aspectos da Política como objeto de estudo.

A Nova História Política é um campo dinâmico que passou a trabalhar com fatos determinantes para a mobilidade social, saindo de um meandro elitista para ter como “objeto central de estudos as massas”. A partir da década de 70, segundo Francisco Falcon (1997) “O que é considerado político passa a abarcar as representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou as memórias coletivas, as mentalidades e as práticas discursivas aliadas ao poder.”⁵

René Remond (1996) é visto como grande expoente dessa corrente, chamada de Nova História Política, que instituiu um campo específico que se preocupa com a história das formações políticas e das ideologias, em que o estudo da cultura política ocupa lugar primordial para a reflexão e compreensão dos fenômenos políticos.

O conceito de política está estreitamente ligado ao de *poder*. Para Ciro Flamarion Cardoso (1997), “a política pode ser também definida como a resultante de todos os fenômenos implicados pela conquista e pelo exercício do poder”⁶. Essa relação é expressa de várias maneiras, nas quais se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política, como a relação entre governantes e governados, entre soberano e súdito, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência, etc. Há várias formas de poder, e o poder político é apenas uma

⁵ FALCON, Francisco. História e Poder. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997. Pag. 108.

⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Poder: Uma nova história política? IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2012. Pag. 35.

delas. Essa análise da sociedade através de fatos políticos pode ser lida de diversas formas na pesquisa em questão: através de boletins oficiais do governo Videla, Resoluções do Ministério da Educação, Estatuto do Processo de Reorganização Nacional, na forma de leis, jornais e manuais escolares, etc.

Entendemos a Educação neste trabalho como um conjunto de fatores interligados. Primeiramente, quando falamos em Educação durante o período de 1976 a 1981, falamos principalmente nas práticas do cotidiano escolar que foram afetadas pela repressão ideológica do período e tudo que este fator pode ter alterado. Neste conjunto insere-se a alteração do currículo, a restrição de livros, as mudanças na prática escolar e principalmente a mudança no comportamento de alunos e professores diante das “recomendações” dadas em um clima de suposta “guerra total” e de procura do camuflado “inimigo interno”.

Vários autores foram significativos e contribuíram bastante com a pesquisa em questão. Dentre os mais tradicionais no estudo da Ideologia de Segurança Nacional, temos Pe. Joseph Comblin, do qual utilizaremos várias idéias a partir de seu livro *Ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*. Nesta obra, o autor discute o tema minuciosamente ao longo de 05 capítulos que abordam os Regimes de Segurança Nacional do Cone Sul, com maior ênfase no Chile, Brasil e Argentina.

O autor define a Segurança nacional como a força do Estado, presente em todos os lugares onde houvesse a suspeita do fantasma do comunismo. Onde quer que houvesse a propensão ao marxismo ou mesmo qualquer crítica ao sistema atual, haveria a censura e ação do estado. Para o autor, a definição exata dessa corrente ideológica é um tanto quanto complexa e ao mesmo tempo, flexível. A DNS⁷ talvez se explicasse melhor pelas ações nas quais desembocou. Outros estudiosos também concordam com Comblin, a exemplo de Alejandra Leonor Pascual. Nesse sentido:

Sua indefinição era o que dava a eficiência: o comunismo podia aparecer em todos os setores da sociedade. Para lutar contra ele, era preciso um conceito muito flexível; assim, em qualquer lugar onde se descobrisse uma aparente manifestação comunista, o Estado estaria presente para intervir na defesa da segurança nacional.⁸

⁷A sigla DSN é uma abreviação de Doutrina de Segurança Nacional.

⁸PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Ed. UnB. Brasília: 2004. P. 39.

Essa ação era vista e propagada como uma boa tática do Estado, que deveria ser feita à nação como forma de proteção. Era uma missão de salvação, pois o comunismo feria à moralidade, à cidadania e ao cristianismo. Mas, para que houvesse sucesso em tais empreitadas, era necessário fugir à legislação dos países ou simplesmente alterá-la. No fim, tudo cabia na Constituição dos países, pois eram guerras consideradas justas⁹.

Os Estados Unidos, principal financiador dessa empreitada, era o maior interessado na manutenção dos países sul-americanos não só pelo seu “instinto de proteção”, mas principalmente pela manutenção do seu mercado consumidor. Sua principal aspiração era interferir e influenciar nos governos latino-americanos sem, contudo, haver intervenção militar direta. Isso se intensificou principalmente a partir de 1959, com a Revolução Cubana. A partir da qual o medo do comunismo passou a ser real. Ao partir dessa ideologia era necessário barrar o seu avanço, pois na América, apenas os Americanos deveriam influenciar.

A primeira etapa do processo deveria ser o extermínio de focos guerrilheiros e de organizações armadas para-estatais, pois essa era considerada a porta de entrada para o perigo vermelho. Na Argentina, a atuação de guerrilhas foi muito forte a partir de 1973 com a morte de Juan Domingos Perón. As batalhas travadas entre facções pró e anti-peronistas deixava centenas de mortos e feridos, o que ajudou a legitimar a tomada do poder em 24 de março de 1976 que não faltou na Argentina. Mas sobre isso, falaremos mais adiante.

Na obra, Comblin aborda vários e vários aspectos acerca da DSN, inclusive a atuação dela em vários países como Brasil, Chile e Argentina. Quanto à noção de inimigo interno, este reitera que:

O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado.¹⁰

Os estudos de Comblin é uma das obras mais completas sobre o assunto. Apesar de um pouco antiga, ela oferece uma sólida base para entender vários aspectos da DSN, como seus elementos, seu sistema político, etc. Além das especificidades. Mais tarde retornaremos à Comblin na sessão especial sobre a DSN na Argentina. Como uma tentativa de caracterização,

⁹ Jorge Rafael Videla, chefe do exército e presidente da Argentina nos 04 dos 07 anos do Processo de Reorganização Nacional, lia São Tomás de Aquino e realmente acreditava que estavam travando uma guerra justa e divina, na qual Deus estava ao lado dos repressores.

¹⁰ COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1978. P. 48- 49

o autor assinala que A Ideologia de segurança nacional foi um mosaico de algumas características:

1. Um quadro conceitual, ligando segurança nacional, estratégia, objetivos nacionais e política nacional;
2. Uma teoria da guerra revolucionária, definindo a natureza da ameaça interna a segurança e as respostas apropriadas, militares e policiais, para essas ameaças;
3. Uma justificativa racional para violações de direitos humanos (tortura, desaparecimentos) como meios necessários para eliminar a ameaça revolucionária;
4. Uma tese de segurança e desenvolvimento, casualmente ligando a ameaça interna à segurança com o subdesenvolvimento socioeconômico;
5. A crença de que o regime militar se justifica quando as falhas da política dos governos civis colocam em perigo a segurança nacional.¹¹

Já o autor Jorge A. Tapia Valdés, no livro *El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur*, faz uma análise interessante da DSN no sentido do repúdio à luta de classes defendida pelo marxismo. A luta de classes gerava conflito, e onde quer que existisse conflito, haveria a desordem, síndrome da subversão. Ou seja, a DSN pregava que deveria haver apenas uma opinião dominante que sanasse os anseios de toda a nação. A idéia da divisão da sociedade em classes de luta era incompatível para a idéia de unicidade e homogeneidade da nação ideal. Um cidadão cristão e de moral era pacífico e confiaria na ação do Estado representado pelas forças armadas. Assim, diante de conflitos armados ou não contra o regime vigente, houve a repressão sumária, podendo-se resumir que “en lugar de eliminar las causas Del conflicto, la DSN pretende suprimir el conflicto en sí.”¹² Com relação à alegação da existência de um inimigo interno, isso justificava a necessidade de uma guerra permanente, o que, segundo Valdés, dava a possibilidade às forças armadas, de manter o estado em um clima de emergência permanente, que gerava ótimos resultados jurídicos e políticos, pois,

El estado de emergencia permite la imposición de restricciones extraordinarias sobre las libertades y derechos individuales y sociales, y respecto de los procedimientos para protegerlos. Ello facilita el control policial de la población, autoriza el uso discrecional de la fuerza pública y permite el aislamiento del ‘enemigo’. Jurídicamente hablando, el estado de excepción habilita al gobierno con facultades excepcionales que no sólo le permiten eximirse del cumplimiento de la legislación común vigente, sino

¹¹COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1978. P 06.

¹²VALDÉS, Jorge A. Tapia. **El terrorismo de Estado**: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur. Ed. Nueva Imagen. México, 1980. P. 223.

aumentar su poder normativo y poner en funcionamiento mecanismos extraordinarios en materia penal y jurisdicción criminal.¹³

Ou seja, a nação precisava se armar fortemente para combater esta ameaça em duas frentes: física e psicológica. Assim a guerra contra a subversão (como eram chamados os pró-comunistas) era uma guerra ainda mais cautelosa e difícil, pois a pior arma contra a ordem vigente era a inflamação das massas ao contágio marxista. Em seu livro, não há um espaço dedicado somente à Argentina, mas há sim, um estudo sistematizado das diferenças e semelhanças desse sistema entre os países do Cone Sul.

Outro autor que nos é valioso é Sérgio Luiz Aguilar, com seu artigo *Regimes Militares e a Segurança Nacional no Cone Sul*¹⁴ no qual o autor comenta a mudança de postura do exército a partir da implantação da DSN. Se antes as forças armadas serviam para defender o país principalmente dos ataques externos, agora a principal preocupação é com a defesa interna e a atenção tem que estar voltada principalmente aos próprios cidadãos, pois o subversivo poderia estar em qualquer lugar. A partir daí Aguilar comenta que nesses do Cone Sul, ao contrário de muitas outras ditaduras, houve a personificação de um grupo (exército) e não de uma pessoa em si (ditador).

Quanto à atuação da Doutrina de Segurança Nacional na Argentina durante o Processo de Reorganização Nacional, os estudos publicados também são abundantes. Um dos estudos mais completos sobre o tema é o livro de Marcos Novaro e Vicente Palermo¹⁵, *A Ditadura Militar Argentina: do golpe de Estado à restauração democrática (1976- 1983)* publicado em 2007. Nesta obra há abordagens sobre todos os aspectos do Processo de Reorganização Nacional, como a economia, vida social, política, diplomacia e etc. Com abundantes fontes documentais e depoimentos de ex- repressores, ex- militares e ex- detidos, o livro é com certeza a publicação brasileira que nos oferece uma base maior de informações. Os autores abordam desde os acontecimentos antecessores ao Golpe, até a restauração democrática e os primeiros presidentes eleitos constitucionalmente. Por oferecer informações acerca do período como um todo esse livro constitui um forte aporte para a pesquisa em questão.

¹³ Idem. P. 227.

¹⁴ AGUILAR, Sérgio Luiz. Regimes militares e segurança nacional no Cone Sul. Rev. **Militares e política**. São Paulo: 2011. Nº 09. P. 64-82

¹⁵ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. P. 45

Novaro e Palermo dão bastante ênfase à ideologia do regime ao longo do livro e dão destaque também à aplicação desta na educação. Segundo os autores, os militares no momento do Golpe se achavam os condutores de uma cruzada restauradora que salvaria a nação. Os autores ainda utilizam as expressões: “diagnóstico” e “terapia”, para elencar a situação do país descrita pela junta militar e a solução apresentada por estes. Em outras palavras, o diagnóstico seria o terrorismo por parte das guerrilhas como as três A e os *Motoneros*, representando o perigo iminente do comunismo, a desordem por parte da presidente Isabel Perón e a total incapacidade de restaurar a economia. A terapia seria, simplesmente, a Doutrina de Segurança Nacional. Ou seja, a Argentina estava doente e era necessário fazer o que fosse preciso para salvá-la, mesmo que isso incluísse a disseminação de uma parcela da população.

Voltemos agora a Pe. Joseph Comblin e seus estudos sobre a atuação da DSN na Argentina¹⁶. Quanto à sua origem neste país, o autor defende que houve mais influência francesa que estadunidense, pois os laços da Argentina com a Europa foram sempre mais estreitos que com os EUA. Tese defendida também por Maria Soledad Catoggio. Segundo ela:

Solidariamente, a tono con el clima de Guerra Fría imperante, se inaugura en Buenos Aires, en 1961, ante la presencia del presidente Frondizi, un curso interamericano de guerra contrarrevolucionaria en la Escuela Superior de Guerra, con la participación de instructores franceses, experimentados en los conflictos de Vietnam, Indochina y Argelia (cfr. Rouquié, 1978: 159). Las relaciones entre militares argentinos e instructores franceses se nutrieron tanto de este espacio institucional de intercambio abierto en la sede Del ejército como de las relaciones informales entabladas con los oficiales franceses que, contemporáneamente, ingresaron al país de manera clandestina, huyendo de sus condenas a muerte en Francia por su participación en la Organización de la Armada Secreta (OAS).¹⁷

Os aprendizados da França na Guerra da Argélia renderam à Argentina uma série de cursos e treinamentos militares, enquanto dos Estados Unidos vieram principalmente aparato bélico, principalmente após 1976. A partir daí os caminhos foram mais estreitos para os EUA, apesar de a Argentina já conhecer os preceitos dessa ideologia em governo anteriores. Comblin ainda reitera que:

¹⁶ Cabe ressaltar que quando da publicação do livro (1978), O Processo de Reorganização Nacional estava em seu segundo ano de vigência, devido à sua duração (1976-1983).

¹⁷CATOGGIO, Maria Soledad. **La última dictadura militar argentina (1976-1983)**: La ingeniería del terrorismo de Estado. Sudamericana: Buenos Aires, 2001. P. 03.

Desde 1959 tudo isso faz parte da Doutrina militar argentina: de certo modo a Doutrina americana de Segurança Nacional não era mais necessária, porque os argentinos já possuíam seu equivalente, importado da França.¹⁸

O autor defende ainda que o exército argentino é um dos mais cultos e politizados da América Latina e relembra que este sempre estava à frente da nação, como única entidade capaz de colocar o país nos trilhos, caso fosse preciso. E isso aconteceu com frequência. O Golpe de Estado de 1976 foi apenas o último de uma sequência de golpes e contragolpes sofridos na Argentina num curto espaço de tempo. Assim, a população já estava habituada a ver o exército tomar as rédeas da nação, o que contribuiu para o clima de aceitação do Processo de Reorganização Nacional. Partilhamos do entendimento de Comblin, principalmente quando diz que a DSN abole a diferença entre a prevenção e a repressão. Reprimir torna-se o próprio ato de prevenir e vice-versa.

Já Alejandra Leonor Pascual (2004), autora do livro *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983* defende que houve uma modificação da Doutrina de Segurança Nacional na versão argentina, e principalmente que houve uma influencia maior da França e suas experiências na Guerra da Argélia do que dos Estados Unidos propriamente. O país vinha sendo sacudido pela ação das Guerrilhas urbanas, pró e anti-peronismo, como por exemplo, os *Motoneros*, grupo armado proveniente da esquerda peronista radicalizada. Surgiram por volta de 1970 e, no contexto de sua criação, queriam fazer oposição armada ao governo com inspiração na revolução cubana. Esse é um exemplo de grupo político que não se calou diante do golpe, e seu fim também é ilustrativo da ação do Estado com diversos outros grupos. Estes foram um dos segmentos sociais mais perseguidos por Videla e a Junta Militar.

Ou seja, a ação de grupos armados legitimou a instauração de um golpe militar que visasse restituir as características básicas de ser argentino. Assim surge a denominação de subversivo. De acordo com a concepção dos militares, poderia variar de ser inimigo ideológico, ser de esquerda, não ser argentino, ser judeu, ou ainda ser irrecuperável. Tudo isso pautado na discrepância ideológica entre o suspeito e o regime instaurado. Segundo Videla:

[...] o terrorista não é considerado somente por matar com uma arma ou por colocar uma bomba, mas também por estimular outras pessoas, por meio de idéias contrárias a nossa civilização ocidental e cristã [...]¹⁹

¹⁸COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1978. P. 193

Com base nessa ideologia, a repressão foi sumária a todos que eram considerados “subversivos”, o que não se referia apenas aos que participavam da luta armada. Segundo o general Viola, que sucederia Videla após 1981:

A subversão é toda ação clandestina ou aberta, insidiosa ou violenta que busca a alteração ou a destruição dos critérios morais e a forma de vida de um povo, com a finalidade de tomar o poder ou impor, a partir daí, uma nova forma, baseada em escalas de valores diferentes (...) a ação, portanto, está dirigida à consciência e à moral do homem a fim de afetar os princípios que o regem para substituí-los por outros consonantes com sua filosofia (...) a ação subversiva afeta todos os campos dos afazeres nacionais, não sendo sua neutralização ou eliminação uma responsabilidade exclusiva das Forças Armadas, mas do país e de toda a sociedade.²⁰

Na Argentina, acreditava-se que os suspeitos de ação subversiva já não poderiam ser considerados cidadãos argentinos, e tornavam-se, pois, dispensáveis. À estes cidadãos era reservado o extermínio. Segundo o próprio General Jorge Rafael Videla, esse termo vem do descarte de objetos que já não servem para nada, aos quais não resta, senão, o aniquilamento. Numa declaração ao jornal *La Prensa*, Videla disse: “quero esclarecer que os cidadãos argentinos não são vítimas da repressão. A repressão é contra uma minoria que não consideramos argentina.”²¹

Tal política consistia em métodos de identificação e apreensão dos prováveis comunistas e uma vez que os golpes fossem deflagrados, a repressão se estenderia aos opositores. Já não se tratava do extremista e sua ação armada, mas de alguém que poderia tomar diversas formas e por isso ocupar os mais variados campos da sociedade. A amplitude do termo gerava certa confusão, pois promovia a suspeita e a desconfiança ao interior da sociedade.

As bases francesas e americanas da Doutrina de Segurança Nacional incorporadas pela Argentina foram implantadas desde muito cedo no país, como nos diz Maria Soledad Catoggio, em seu artigo *La última dictadura militar argentina (1976-1983): La ingeniería del terrorismo de Estado*. Neste artigo a autora aborda a engenharia do Terrorismo de Estado,

¹⁹Clarín, 18 de dezembro de 1977. *Apud* Pascual, 2004, p.81

²⁰Entrevista coletiva. *La Nación*, 20.04.1977. *apud* Novaro & Palermo: 2007, p. 117

²¹ Jornal *La Prensa*. 18.12.1977. Argentina *Apud* NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

falando de seus antecedentes até o número das vítimas ao final do regime militar. Quanto à caracterização dos subversivos, Catoggio nos diz o seguinte:

El delincuente subversivo se caracteriza por una serie de acciones de orden socio-político _no individuales, sino mayoritariamente colectivas_ pero, al igual que en el caso de judíos y gitanos para el nazismo, las consecuencias de sus acciones asumen caracteres de degeneración que remiten a la metáfora biológica y requieren un tratamiento de emergencia, separando lo sano de lo enfermo y restituyendo la salud al cuerpo social, mediante un tratamiento penal máximo que será, a la vez, secreto, ilegal y extensivo (...) Las víctimas del genocidio en Argentina se caracterizan directamente por su militancia, entendiendo en sentido amplio a este concepto, que permite incluir al cuadro político-militar de las organizaciones armadas de izquierda como al delegado de fábrica, al miembro de un centro estudiantil secundario o al vecino que pilotea las experiencias del club barrial.²²

No entanto, o livro mais ilustrativo da força dessa ideologia ao qual tivemos acesso foi *Disposición Final: La confesión de Videla sobre los desaparecidos* escrito por Ceferino Reato, um jornalista argentino que sofreu duras críticas pelo fato de ter ficado mais de 20h junto à Videla para a confecção das entrevistas que resultaram no livro. Um ano antes do ex-ditador falecer, Reato conseguiu um livro muito claro e conciso, escrito a partir do testemunho de Videla sobre vários aspectos do regime cujo encabeçara. Na obra, a partir de um misto de história e memória, podemos observar a partir da ótica do próprio ex- general, como se desenrolou o Processo, quais as justificativas e principalmente, como se deu a repressão. Com relação ao título “Disposición Final”, era dessa forma que chamavam as pessoas consideradas irrecuperáveis. Os inimigos da nação, os que estavam mergulhados na subversão de idéias contrárias às instituídas pelo regime de segurança nacional.

Ao longo de 11 capítulos preciosos, podemos passear por dentro do regime e conhecer um pouco mais de perto da visão do ex- general, que até a morte, acreditou em tudo que instituiu. Em tal obra a ideologia do Processo está explícita através de seu principal condutor. Videla morreu acreditando fez o que era certo no momento em que precisava. Os fins justificavam totalmente os meios, como expressa a seguinte frase: “Pongamos que eran siete mil u ocho mil las personas que debían morir para ganarla guerra contra la subversión; no podíamos fusilarlas. Tampoco podíamos llevarlas ante la justicia.”²³. Assim, o livro foi de muita importância no que diz respeito à essência da ideologia propagada no Processo e no

²²Idem. P. 03.

²³REATO, Ceferino. **Disposición final:** la confesión de Videla sobre los desaparecidos. Argentina: Sudamericana, 2012. P. 25

conhecimento de sua engenharia interna. Existiam ainda outras formas de classificar as pessoas consideradas mais perigosas aos olhos do Estado:

Como Fórmula 1, eran calificados los que no tenían antecedentes ideológicos marxistas. Un nivel superior —Fórmula 2— revestía quiénes en sus antecedentes no permiten calificarlo desfavorablemente desde el punto de vista ideológico marxista. Como Fórmula 3, aparecían los que registran algunos antecedentes ideológicos marxistas pero los mismos no son suficientes para que se constituyan en un elemento insalvable para su nombramiento, promoción, otorgamiento de beca, etc. Como dijimos, los Fórmula 4 (o simplemente F4) eran, a los ojos de La dictadura, los peores de todos, a quiénes no se podía emplear, ni promover, ni otorgar beneficios.²⁴

Outro livro que contribuiu bastante para a pesquisa em questão foi *Argentina, 1976: estudios acerca del golpe de Estado*²⁵ elaborado por vários pesquisadores residentes no México (local que acolheu vários exilados argentinos na época da ditadura) com o objetivo de tentar entender as origens e conseqüências do Processo de Reorganização Nacional, quase 40 anos depois. Formado por 11 artigos que abordam uma grande variedade temática, o livro tenta explicar as causas e os caminhos que levaram ao golpe, além de se deter à engenharia do terrorismo de estado, como a manutenção de centros de detenção e campos de concentração e de extermínio.

No tocante à educação durante a ditadura e a implantação da Doutrina em sala de aula, temos o trabalho da ex- professora Nely M. Filippa²⁶, *Educación Personalizada y Dictadura Militar en Argentina 1976- 1983*²⁷ na qual a autora busca entender como o regime se utilizou da teoria da Educação Personalizada criada por Victor Garcia Hoz na formação do discurso educacional autoritário. Essa teoria continha vários dos preceitos defendidos pelo Processo de Reorganização Nacional, como um forte apelo cristão, a definição de guerra e oposição a tendências materialistas. Quanto à noção de guerra, as idéias defendidas por Garcia Hoz foram utilizadas pelo regime principalmente porque:

Responde a un esquema opresor que justifica las relaciones humanas de dominación, dónde lo auténtico radicaría en la posibilidad de instalarse en ese orden superior, de valores absolutos y universales, “lo otro” aparece como lo auténtico. En su proyección social justificaría un ordenamiento

²⁴Idem, P. 04.

²⁵ CRESPO, Horacio; LIDA, Clara e YANKELEVICH, Pablo. **Argentina, 1976:** Estudios en torno al golpe de Estado. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2008.

²⁶Nely M. Filippa foi professora na época do Processo, quando as práticas abordadas pela própria em seu livro ainda estavam vigentes.

²⁷FILIPPA, Nely M. **Educación Personalizada y Dictadura Militar em Argentina 1976- 1983.** Ed. FFHA: San Juan, 1997.

donde existen hombres que trascienden ese mundo de los entes, por lo tanto, hombres superiores y frente a ellos masas groseras, que se limitan a la demanda de bienes materiales, masas que emergen provocando caos y desorden, alterando la paz, por ello deben ser controladas y sometidas por aquellos que encarnan los valores superiores.”²⁸

A autora faz uma análise em retrospectiva de todos os ministros da educação durante o Processo e analisa a atuação de cada um deles, em especial, Lhereno Amadeo, cujo segundo a autora, teve ações mais baseadas na ideologia de Garcia Hoz. Filippa concorda com Valdés no tocante à constante tentativa de doutrinação implantado pelo Estado a partir das práticas adotadas.

Os trabalhos acima citados formam apenas uma pequena parte dos trabalhos consultados ao longo da pesquisa. Estes foram os mais consistentes e ricos no que cerne ao tema da nossa pesquisa.

²⁸ Idem. P. 87.

CAPÍTULO 2:

HISTÓRICO DO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL ARGENTINO

“Fizemos a guerra com a doutrina na mão.”
(Gal. Santiago Omar Riveros. *Nunca Más. Conadep*, pag. 2)

Os maiores estudiosos concordam que muitas coisas não foram novas naquele ano para a Argentina. Com um histórico de experiências com o Terrorismo de Estado, a etapa que se inaugurou naquele país pode não ter causado uma grande repercussão negativa na época, mas agora, numa mirada em retrospecto, podemos enxergar o rastro de sangue e desrespeito que esse Processo deixou. Um dos estudos brasileiros que também ofereceu certa base para este trabalho foi a tese *De Perón à Videla: revisão histórica e historiográfica do terrorismo de estado na Argentina (1973- 1978)*²⁹ (2009) de Marcos Vinícius Ribeiro, no qual este defende que as forças armadas já estavam cobertas de orgulho e poder de comando, não só pelo histórico de intervenções militares, mas principalmente porque desde 1975 havia ganho o aval da então presidente Maria Estela Martinez de Perón para combater a guerrilha na Província de Tucumán. Tornou-se um consenso entre os principais estudiosos do assunto o fato de que o exército utilizou essa experiência como um treinamento do que no ano seguinte seria estendido para todo o país.

O autor sustenta ainda que os primeiros usos da Doutrina de Segurança Nacional aconteceram a partir de 1966, com o Golpe de Estado do General Juan Carlos Organía. Nesse período houve uma maior aproximação com os EUA, apesar da grande influência para com a Doutrina ter sido de origem francesa. Nos tempos de pré- golpe também foi criado a Aliança Anticomunista Argentina (ou Triplo A) grupo paramilitar que já era incumbida de caçar as pessoas contrárias ao regime então vigente. Entre 1973 e 1976 atribui-se a este grupamento cerca de 1000 mortes.³⁰ Ou seja, a polícia estatal clandestina já era difusa e ativa antes mesmo de 1976, embora a partir desta data tenha adquirido contornos extremos. A tolerância foi reduzida a quase nada e não se admitia a mínima reivindicação, como nos lembra Luiz Alberto Romero:

²⁹ RIBEIRO, Marcos Vinicius. **De Perón à Videla: revisão histórica e historiográfica do Terrorismo de Estado na Argentina (1973- 1978)**. Marechal Cândido Rondon, 2009.

³⁰Idem. Pag. 125.

Com o argumento de enfrentar e destruir as organizações armadas em seu próprio território, a operação procurava eliminar todo ativismo, todo protesto social- até uma pequena reclamação sobre passe de ônibus para estudantes-, toda expressão de pensamento crítico, toda direção política possível do movimento popular que tinha se desenvolvido desde meados da década anterior e que estava sendo aniquilado. Nesse sentido, alcançaram exatamente os resultados almejados.³¹

Mas, para entender o Processo de Reorganização Nacional, é necessário perceber a situação do país naquele momento. Os argentinos enfrentavam fortes crises que vinham perdurando em vários setores. A economia do país estava muito afetada, sendo evidente no aumento do preço internacional do petróleo e na desvalorização dos alimentos, que provocava desequilíbrios na balança comercial. Antes de 1976 cabe destacar os seguintes aspectos: a tríplice A, o refluxo das mobilizações populares, a derrota da guerrilha, o clima de instabilidade política criado em torno de Isabel Perón e a ação dos representantes econômicos. A partir daí a ideia de “desgoverno” tornou-se comum. Se houve uma continuidade efetiva entre os anos de 1973-1976, foi no plano das soluções de contenção dos movimentos sociais a partir da repressão. A Junta Militar se aproveitou dos sentimentos coletivos dos argentinos para colocar-se como a única opção para a salvação da Nação, seja no setor social, seja no econômico, setores onde a urgência de atitudes era maior. O discurso de posse, na madrugada do dia 24 de março, colocou toda a culpa da desordem nacional nos anos anteriores. O peronismo e o populismo, bem como outros governos democraticamente eleitos haviam sido incapazes de manter a Argentina no nível de desenvolvimento que merecia, e apenas as mãos enérgicas dos militares o poderiam fazer.

No âmbito político, em março de 1976, o jornal *La Opinión* chegou a registrar que naquele momento, ocorria um assassinato político a cada 5 horas, e a cada 3 horas explodia-se uma bomba³². A “radicalización ideológica, violencia política y sucesivas crisis económicas y sociales fueron el común denominador en la antesala del golpe de 1976”³³. Após o golpe, tamanha foi a repressão que a *Triplo A (Aliança Anticomunista Argentina)*, que anteriormente era combatida pelo governo, incorporou-se a ele no combate aos opositores. Aqui reiteramos a ideia de Valdés quando nos diz que a repressão agia como a prevenção. Além desse grupo,

³¹ROMERO, Luiz Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2006. P. 33.

³²NOVARO Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina: Do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007, p. 24.

³³p. 07

havia os *Motoneros* e o *Ejército Revolucionario del Pueblo*, todos praticamente exterminados após 1976.

Alegando uma situação nacional insustentável, com baixas na produção, crise econômica grave e guerrilhas espalhadas por todo o país, a junta militar composta por Jorge Rafael Videla (do exército) Emílio Eduardo Massera (da marinha) e Orlando Ramón Agosti (da aeronáutica) tomou a Casa Rosada na madrugada do dia 24 de março de 1976, e na mesma manhã tornou pública a Ata para o Processo de Reorganização Nacional, onde estavam os principais objetivos e bases do novo governo. Segundo a Junta Militar:

Esta decisión persigue el propósito de exterminar con el desgobierno, la corrupción e el flagelo subversivo y sólo está dirigida contra quienes han delinquido o cometido abusos de poder. Es una decisión por la patria y no supone, por lo tanto, discriminaciones contra ninguna militancia política civil ni sector social alguno. Rechaza, por consiguiente, la acción disociadora de todos os extremismos y el efecto corrupto de cualquiera demagogia.³⁴

Esse golpe já estava sendo planejado há ao menos 05 meses e seu desfecho deu-se sem resistência. A Argentina já havia passado por ao menos 04 golpes militares anteriores, o que facilitou a aceitação de parte da sociedade, que esperava que a junta abandonasse o poder assim que colocasse o país nos trilhos. A junta militar obteve o apoio das classes altas, do grande empresariado e da igreja, além do aval de outros países, a exemplo do Paraguai e Chile, ambos governados também ditadores, além, é claro, do apoio dos EUA. É importante frisar que parte da população via nos militares a saída para a crise generalizada em que se encontrava o país, com confrontos entre a frente peronista (*motoneros*) e a direita, que já vinha idealizando o golpe. Assim, esperava-se que a ação consistisse num governo rápido, necessário apenas para colocar o país nos trilhos, e não se convertesse numa ditadura das mais fechadas e violentas da América Latina. Com toda a ideologia de transformar a Argentina em uma nação livre do comunismo e cristã, Videla comandou o movimento que possuía meios cruéis para alcançar esse objetivo. Com relação à aceitação civil, Azcona no diz:

No cabe duda de que el Proceso tuvo una amplia base de apoyo civil, con la ejecución del propio golpe de Estado, pero en 1978 con el triunfo argentino en el Mundial de Fútbol la apoteosis fue total. Y también se registro un seguimiento masivo en 1982, con la Guerra de Las Malvinas. Como sostiene

³⁴Argentina, República. Acta para el Proceso de Reorganización Nacional. IN: **Documentos básicos y bases políticas de las Fuerzas Armadas para el Proceso de Reorganización Nacional**. Impensa del Congreso de la Nación: 1980, Argentina. P. 09.

Federico Finchelstein, en ambos momentos históricos, la dictadura militar gozo de tanto sustento como Perón en sus etapas de mayor gloria.³⁵

Tese cuja Luis Alberto Romero concorda, em seu livro *História da Argentina contemporânea*³⁶ entre os anos de 1973 e 1976 já havia o uso excessivo da violência por parte do Estado, principalmente na Província de Tucumán, onde, em 1975 o Exército já havia recebido o aval para aniquilar com a guerrilha urbana. Esta oportunidade serviu como uma espécie de experimentação das práticas repressoras que seriam empregadas mais tarde no restante do país. O autor segue afirmando que a maioria dos crimes cometidos já vinha acontecendo desde 1955, quando Peronismo foi tirado do poder pela primeira vez. Pela situação do país, Romero concorda com Novaro & Palermo quanto aos motivos que levaram a população a concordar com o golpe. Ainda segundo o autor, a violência a que se submeteu a Argentina a partir de 1976 já tinha sido plantada no seio da nação anos antes, ditaduras antes. Assim, “A má prática democrática adoeceu a cultura política argentina.”³⁷

A maioria da população já estava habituada a ver as forças armadas intervirem em situações diversas e devido à má situação econômica, viram no Processo uma saída para a crise institucional e financeira. O Processo de Reorganização Nacional, vigente de 1976 a 1983 foi um dos mais sangrentos regimes de toda a América Latina recente, apesar de nas décadas de 60 e 70 vários países também terem mergulhado em regimes fechados baseados na Doutrina (ou Ideologia) de Segurança Nacional.

As bases doutrinárias do Processo de Reorganização Nacional apresentam propostas belas e amigáveis, com o Estado cheio de deveres harmônicos para com o cidadão. Tudo muito diferente do que se passou de fato com a Argentina entre 1976 e 1983, quando o Estado detinha todo o poder. Na Argentina, uma vez deflagrado o golpe, a repressão aos oponentes foi feroz, dando continuidade a um período de guerrilhas e violência política. Mas dessa vez, o terrorismo vinha por parte do Estado, numa escala sem precedentes, o que resultou, ao cabo de 07 anos, num saldo de milhares de vítimas, entre mortos e desaparecidos, segundo as estimativas dos grupos de direitos humanos. Em todos os países tomados por ideologias totalitárias, a Doutrina (ou Ideologia) de Segurança Nacional mostrou- se o carro chefe da

³⁵ AZCONA, José Manuel. **Metodología estructural de la represión en la Argentina de la dictadura (1976-1983)**. Alcalá: Ed Universidad de Alcalá, 2011. P. 72

³⁶ ROMERO, Luiz Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2006. P. 87

³⁷ ROMERO, Luiz Alberto. Las raíces de la Dictadura. **Revista Puentes**. Março, 2001. P. 26- 29.

repressão aos considerados inimigos. A essas pessoas foram chamadas “subversivos”. Pela segurança da Nação, tudo se justificaria. Dessa forma, métodos ilegais eram legitimamente permitidos, como o seqüestro, a tortura e a desapareição, etc. Entre os Propósitos do Processo de Reorganização Nacional estavam:

Restituir os valores esenciales que sirven de fundamento a la conducción integral del Estado, enfatizando el sentido de moralidad, idoneidad y eficiencia, imprescindibles para reconstituir el contenido y la imagen de la Nación, erradicar la subversión y promover el desarrollo económico de la vida nacional basado en el equilibrio y participación responsable de los distintos sectores a fin de asegurar la posterior instauración de una democracia republicana, representativa y federal, adecuada a la realidad y exigencia de solución del Pueblo Argentino.³⁸

A Argentina já havia passado por outros processos difíceis, onde a violência estatal também esteve presente, como assinala Maria Soledad Cartoggio:

La violencia política ilegal ejercida desde el Estado contra todo aquel que fuera considerado una amenaza o desafiara al poder fue una característica repetida en la historia argentina. Hay muchos ejemplos de esto: la represión contra los obreros en huelga en la Semana Trágica (1919) y en las huelgas de la Patagonia (1921); los fusilamientos de José León Suárez relatados por Rodolfo Walsh en su libro *Operación Masacre* (1956); la Noche de los Bastones Largos durante la dictadura de Juan Carlos Onganía (1966) y la Masacre de Trelew (1972), entre tantos otros. Estos episodios pueden considerarse antecedentes de la violencia política ejercida desde el Estado contra sus «enemigos» (aún cuando los primeros, la Semana Trágica y las huelgas patagónicas, acontecieron en el marco de un Estado democrático).³⁹

A partir daí, começam a ocorrer prisões em larga escala, inclusive a de Isabel Perón e a de muitos de seus ministros, todas expressas nos primeiros documentos legitimadores do Processo. Os principais alvos eram componentes de guerrilhas, peronistas, sindicalistas, ou alguém grupo armado e funcionários da gestão anterior. Reivindicar o que quer que fosse não era característica de um cidadão argentino. Logo, se não se enquadrava no novo governo, deveria ser eliminado. Para eles, era preciso pôr em ordem uma sociedade que estava totalmente afundada em crises desastrosas, e segundo seus intentos, somente eles o poderiam fazer. Havia, como no Brasil, a idéia de que o exército é a força salvadora da nação, o único grupo cuja intervenção é sempre bem- vinda e os únicos que sabem que rumo dar ao país. Era

³⁸Argentina, República. **Documentos básicos y bases políticas de las Fuerzas Armadas para el Proceso de Reorganización Nacional**. Impensa del Congreso de la Nación: 1980, Argentina. P. 07

³⁹CATOGGIO, Maria Soledad. **La última dictadura militar argentina (1976-1983)**: La ingeniería del terrorismo de Estado. Sudamericana, 2001, P. 08.

uma decisão necessária, mas irredutível. Seu caráter fechado e intolerante se destaca já no primeiro discurso de Videla, onde ele afirma que:

En esta nueva etapa, hay un puesto de lucha para cada ciudadano. La tarea es ardua y urgente. No estará exenta de sacrificios. Pero se la emprende con el absoluto convencimiento de que el ejemplo se predicará de arriba hacia abajo y con fe en el futuro argentino. La conducción del Proceso se ejercerá con absoluta firmeza y vocación de servicio. A partir de este momento, la responsabilidad asumida impone el ejercicio severo de la autoridad para erradicar definitivamente los vicios que afectan al país. Por ello, al par que se continuará combatiendo sin tregua a la delincuencia subversiva abierta o encubierta y se desterrará toda demagogia, no se tolerará la corrupción o la venalidad bajo ninguna forma o circunstancia, ni tampoco cualquier transgresión a la ley u oposición al proceso de reparación que se inicia.⁴⁰

Os militares fizeram um diagnóstico da situação da nação, e impuseram uma terapia para a resolução dos problemas que constataram. O diagnóstico foi essencialmente pautado no reconhecimento do caos nacional. Os valores militares se confundiam em uma espécie de catolicismo fundamentalista associado ao anticomunismo. Na tentativa de submeter à Argentina a um tratamento neoconservador, a terapia baseou-se na *Doutrina de Segurança Nacional* – corrente ideológica que pregava a defesa dos países do perigo vermelho, representado pelo comunismo, em plena expansão, desde a guerra fria e a bipolarização mundial. Para facilitar a administração e o devido controle do país, houve a divisão em 05 zonas, nas quais haveria comandantes chefiando.

De acordo com os preceitos do *Proceso*, o Populismo era completamente incapacidade de dirigir um país como a Argentina, assim como qualquer governo democrático no momento seria ineficaz. A Doutrina de Segurança Nacional visava detectar os “subversivos” (pessoas que fossem de encontro ao sistema em vigência, logo, comunistas) e extingui-los. Tal Ideologia tinha tamanha força que foi a base de uma série de ações para livrar os países do perigo vermelho. O financiamento veio da alta sociedade, dos comerciantes e dos grandes grupos capitalistas.

As intervenções na vida estudantil foram de vários aspectos. Tanto ideológico quanto comportamental. Havia regras de como se vestir e agir, tanto para alunos como para professores. O currículo foi também modificado, livros foram queimados e vários outros, censurados. Autores que conseguiram fugir se exilaram, os que não o fizeram, desapareceram.

⁴⁰Discurso hecho por las Fuerzas Armadas en 24 de marzo de 1976, no ato de pose do Executivo disponible en: <http://www.accionperonista.com.ar/gestion/166/nota.php> acesso em 28/07/2012 às 08:49

Nas reuniões das Juntas Militares, a educação é um tema recorrente, sendo sempre traçados planos e objetivos para essa área vigiada tão de perto.

Essa ideologia foi empreendida e aplicada nesses países principalmente através da influencia dos Estados Unidos, com sua experiência com o Macarthismo e da França, através de sua experiência com a Guerra da Argélia. Após a Revolução Cubana em 1959, o medo da revolução se espalhar ficou maior ainda e ações de pulso forte foram tomadas em toda a América Latina. O Brasil sofreu um golpe militar em 1964, o Chile em 1973 e a Argentina, 03 anos depois, em 24 de março de 1976.

Os sindicatos e partidos seriam suprimidos, as pessoas sob suspeita não teriam mais direito de defesa e aqueles que eram contra o regime instaurado eram combatidos, pois não eram mais considerados parte da nação argentina. Portanto, a âncora do Processo de Reorganização Nacional foi a extinção desenfreada de qualquer um que de mostrasse oposto ao regime. Bastava que houvesse uma denúncia anônima e não necessitaria uma investigação profunda, o “subversivo” era imediatamente capturado e certamente nunca mais seria visto. Assim, a ditadura argentina inaugurou a política de desaparecimento, que é uma tortura constante para os familiares de presos que nunca mais foram vistos. Segundo a Ong das Madres de la Plaza de Mayo, grupo composto por mães de presos e desaparecidos políticos criado nos anos do regime e que até hoje se mantém ativo reivindicando a localização dos corpos de seus parentes, sustenta a cifra de 30.000 desaparecidos, embora algumas listas existentes constem menos de 9.000 nomes (REATO:2012, pg. 27).

Para a dizimação de tantos milhares de pessoas, o Processo teve uma gama variada de meios, que foram desde a morte por tortura no interrogatório aos voos da morte, situação onde o preso era levado drogado e jogado em alto mar, outras práticas incluíam incineração junto a pneus de carros, e enterramentos em valas comuns. Esse era um dos melhores meios de matar, pois não deixava vestígios. Os militares e a sociedade civil que apoiara o golpe estavam cientes de que era necessário que houvesse mortes para se conseguir o objetivo, e escolheram pela ocultação dos corpos, pois assim, não teriam com o quê recorrer, nem provas para culpá-los. Mas, segundo a Junta:

[...] sólo los culpables de la corrupción y de la subversión que caracterizan la situación de partida serán castigados y ello, en función de las bases de justicia que hoy faltan. Pero debe quedar claro también, que desde la iniciación hasta la finalización del proceso militar, no se admitirá ninguna

transgresión a la ley que en caso de producirse será inmediata y justamente reprimida.⁴¹

Na Argentina, uma vez deflagrado o golpe, a repressão aos oponentes foi feroz, dando continuidade a um período de guerrilhas e violência política. Mas dessa vez, o terrorismo vinha por parte do Estado, numa escala sem precedentes, o que resultou, ao cabo de 07 anos, num saldo de milhares vítimas, entre mortos e desaparecidos, segundo as estimativas dos grupos de direitos humanos. Mas para chegar a tal cifra um aparato muito tem sistematizado foi montado, com todos os níveis de administração muito bem articulados. Segundo Luis Alberto Romero:

As ordens desciam pela cadeia de comando até chegar aos encarregados da execução, as Forças-Tarefas- formadas principalmente por jovens oficiais e alguns suboficiais e policiais civis-, que também tinham uma organização específica. A execução também exigiu um complexo aparato administrativo, pois devia acompanhar o movimento- entradas, traslados e saídas- de um número muito grande de pessoas. Cada preso, desde o momento em que era considerado suspeito, era registrado em uma ficha e em um prontuário. Em seguida, era feito um acompanhamento e uma avaliação de sua situação, e tomava-se a uma decisão final que sempre provinha do mais alto nível militar. A repressão, em foi, em suma, uma ação sistemática realizada pelo Estado.⁴²

Pela segurança da Nação, tudo se justificaria. Mas os reclames pelos paradeiros as vítimas do Estado não tardaram a aparecer. Em 1978 já havia denúncias a autoridades internacionais sobre a situação do país, o que era tratado com indiferença pelos oficiais argentinos, como nos mostra a Ata de reunião nº 82, realizada em 28 de janeiro de 1979, tinha como uma das pautas os detidos- desaparecidos, mas quanto a isso, “se resolvió dejar este tema en suspenso”⁴³

Aos poucos, devido a disputas entre as próprias três armas e uma série de medidas desastrosas, a Junta decidiu que o Processo teria fim em 1983, quando haveria a transição para um regime democrático. A própria Igreja, antes fiel apoiadora do Processo, posicionou-se contra as ações desmedidas de desrespeito aos direitos humanos. Assim, Roberto Eduardo Viola sucedeu Videla na presidência da nação em 1981. No fim deste mesmo ano, devido a uma enfermidade, Leopoldo Fortunato Galtieri assumiu a presidência e o Comando do

⁴¹Argentina, República. **Documentos básicos y bases políticas de las Fuerzas Armadas para el Proceso de Reorganización Nacional**. Impensa del Congreso de la Nación: 1980, Argentina. P. 15

⁴² ROMERO, Luiz Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2006. P 197

⁴³JUNTA MILITAR. Congreso de la Nación. **Ata de reunião realizada no dia 11 de janeiro de 1979**. Tomo III, p. 123.

Exército. Sem muita habilidade política, Galtiere enfrentou o ressurgimento das reivindicações de rua, como a do Comando Geral Trabalhista em 1982. Nesse contexto, a Junta presumiu que a entrada na Guerra das Malvinas poderia ser favorável para resgatar o sentimento de ufanismo da nação e dar alguma credibilidade ao governo, que já estava emerso numa forte crise de descontentamento nacional e internacionalmente.

Os comandantes do Processo não contavam com uma ofensiva britânica tão forte, nem o rechaço da maioria dos países europeus. Em poucos meses, estava derrotada. Restava apenas marcar a data das eleições para fins de 1983. Enquanto isso, a sociedade voltou a ter voz. As atrocidades cometidas pelo Estado foram sendo propagados a cada dia, os artistas até então mudos pela censura voltaram a gritar. A sociedade se mobilizava cada dia mais para uma saída rápida e democrática, enquanto exigia respostas válidas sobre o paradeiro de suas vítimas. O novo presidente, Raul Alfonsín, assumiu em 10 de dezembro de 1983 e trouxe com ele a esperança da volta ao estado democrático, assim como a certeza do julgamento dos culpados pelos crimes de lesa- humanidade.

CAPÍTULO 3:

IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO ARGENTINA (1976- 1981)

Em 31 de outubro de 2013, foram achadas no depósito do subsolo do Edifício Cóndor, na Argentina, durante uma operação de limpeza, cerca de 300 atas de reuniões da Junta Militar referentes ao período ditatorial, sobre os mais variados assuntos. Dentre estas atas, algumas retratam os planos para o Sistema Educacional durante a ditadura, assim como as intervenções que de fato ocorreram ao longo de Golpe. Um pouco mais de um ano, todos os documentos já estão disponíveis para a consulta através do site criado pelo governo argentino, possibilitando aos historiadores uma ampla fonte de pesquisa⁴⁴. A partir desta documentação, temos acesso à aplicação dos pressupostos ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional, não só na educação, mas em várias outras áreas. Tais ações foram ancoradas em resoluções ministeriais e lançamentos de folhetos informativos.

Entre os objetivos do Golpe, estava a construção de um sistema educativo de acordo com as necessidades do país, que sirva efetivamente aos objetivos da nação e consolide os valores e aspirações culturais do ser argentino.⁴⁵ Durante os 07 anos de Golpe, passaram pelo Ministerio de la Cultura y Educación 06 civis: Cesar Guzzetti, que esteve à frente do Ministério por um curto período, entre os dias 24 a 29 de março de 1976; Ricardo Pedro Bruera, de 29 de março de 1976 a maio 1977; Albano Harguindeguy, de maio a junho de 1977; Juan José Catalán, de junho de 1977 a agosto 1978; Albano Harguindeguy novamente, de agosto a novembro de 1978; Juan Rafael Llerena Amadeo, de novembro de 1978- a março de 1981; Carlos A. Burundarena, de março de 1981 a dezembro de 1981 e Cayetano Licciardo, de dezembro de 1981 a dezembro de 1983. Devido à grande rotatividade de Ministros, não é seguro falar de um Plano educacional consistente. Mas, sim, de metas gerais, que foram incorporadas de acordo com a visão geral do Processo e a ação individual de cada Ministro. A priori podemos afirmar que a gestão de Brueras foi visivelmente mais articulada que a dos outros ministros, além de uma forte influência católica e hierarquização. Neste trabalho, infelizmente não teremos tempo de analisar cada mandato com profundidade, mas

⁴⁴O site onde as Atas, juntamente com outros documentos se encontram é o www.archivosabiertos.gov.ar

⁴⁵ARGENTINA, República. **Documentos básicos y bases políticas de las Fuerzas Armadas para el Proceso de Reorganización Nacional**. Buenos Aires, 1980.

sim os principais acontecimentos ao longo dos 07 anos de Processo. Segundo Maria Gudelevicius:

En abril de 1976, al poco tiempo de asumir, Bruera planteó que “el problema educativo significa un caso muy especial para la seguridad nacional” y que “serán separados del sistema los docentes, los alumnos y los establecimientos que no actúen según los criterios de disciplina y jerarquía.”⁴⁶

Juan José Catalán buscou, com um apoio maior dos familiares do alunado na tentativa de detectar pessoal subversivo nas escolas, tanto que foi na sua gestão que foi criado e distribuído o folheto *Subversión en ámbito educativo: conozcamos a nuestro enemigo* (1977) cujo analisaremos mais a frente.

O campo educacional foi um dos mais atingidos pelas táticas anti- subversivas do Estado, pois era considerado um dos campos mais visados para a infiltração marxista. Fatores dos mais complexos aos mais rotineiros foram modificados, a começar pelo calendário escolar, que deveria contemplar os feitos e figuras notáveis da História argentina de acordo com a visão militar e que não estavam sendo contempladas anteriormente. A idéia era retirar os eventos que contemplassem o Peronismo do calendário escolar e incluir novas datas referentes ao PRN. Considerado como o lugar de maior circulação de ideias, várias medidas foram tomadas, como por exemplo, a revisão do currículo e dos livros utilizados. Segundo o informe *Marxismo y subversión- ámbito educativo* (1978), elaborado pelas forças armadas e distribuído no ano de 1978, que nos diz que:

El accionar de la subversión en dicho ámbito adquiere un énfasis particular por ser considerado por ésta el más apto para la preparación de la acción insurreccional de masas en forma mediata. Ello impone un tratamiento más pormenorizado.⁴⁷

Nesse documento, há uma larga explanação sobre o marxismo no geral. Desde sua criação até seus métodos de influência e infiltração nas nações. Logo após, abre-se o leque para o marxismo na Argentina, citando os principais grupos que deveria se combater para chegar aos objetivos da Junta Militar. O folheto caracteriza os subversivos como os subversivos como pessoas que gostavam da agitação, da inflamação das massas através de algum descontentamento em comum. Para a partir da soma de forças, tomar o poder mundial.

⁴⁶GUDELEVICIUS, María. **La política educativa implementada durante el primer año Del Proceso de Reorganización Nacional**: contradicciones y límites. Buenos Aires: 2003.

⁴⁷Ministerio de la Cultura y Educación: 1977, pág. 20

Outro objetivo do marxismo seria a destruição da vida econômica e da paz mundial, através de conflitos que modifiquem a situação econômica e incite as massas à luta de classes. Seus principais pontos de concentração seriam o trabalhista e o industrial. Há uma parte reservada à influência marxista no âmbito educacional, pois segundo o informe, o marxismo tem objetivos específicos na área educacional, tais como:

Captar ideológicamente la juventud, futura conductora de la Nación, que en sucesivas generaciones alcanzarían y mantendrían el dominio del estado bajo el yugo marxista;
 Reclutar adeptos para engrosar las filas de sus actuales organizaciones;
 Evitar la modificación de planes y sistemas que beneficien sus objetivos disociadores y su prédica marxista;
 Mantener encubierto al personal docente partidario.⁴⁸

Tais objetivos eram alcançados através de uma metodologia que consistia na difusão da ideologia marxista previamente, através dos docentes, professores, diretores, emprego de bibliografia, material de ensino e recursos didáticos que, objetivamente, contenha ideologia marxista e outras estranhas à nossa nacionalidade e ainda, através das agremiações estudantis. Poderia ser ainda por desvios conceituais durante a assistência psicológica a alunos ou professores, individual ou coletivamente. Mas, havia ainda, a metodologia de acordo com o nível de ensino/aprendizado. No nível secundário, que é o que nos interessa nesta pesquisa, várias seriam as táticas dos marxistas no ambiente escolar; nessa fase o assédio subversivo seria maior, objetiva e subjetivamente.

Algumas das ações consistem na formação do pessoal docente, que poderiam tendenciar os conteúdos de forma a contemplar a ação de esquerda, por isso tanta atenção para com os docentes. Por isso também que foram um dos grupos mais perseguidos. Além desses professores que agem de forma ativa, há ainda os que podem não influenciar de forma direta, mas também são culpados pois sabem do que se está passando e nada fazem para detê-lo. Por último, há a preocupação em exterminar a utilização de livros marxistas, pois, de acordo com o folheto, a partir desse nível podem surgir organizações partidárias. A maioria dessas medidas preventivas só poderiam ser levadas à cabo de perto pelos professores, e é a eles que se faz o maior clamor, reiterando a grande responsabilidade do docente no contexto de luta com o inimigo interno, assim:

⁴⁸EJÉRCITO, Estado Mayor General del. **Marxismo y subversión (ámbito educacional)**. Buenos Aires, 1980. Pag. 13

Compete a los educadores, en su triple condición de miembros destacados de la sociedad, profesionales del difícil arte de enseñar e integrantes de su propia familia (que también está en peligro), capacitarse y disponerse a hacer frente al diario desafío (...) La misión de los educadores en esta lucha por la propia nacionalidad es trascendente e ineludible. Como se ha expresado, el objetivo básico de la subversión alienante es la conquista de las mentes. De allí que sea precisamente en las aulas donde se ha de librar la batalla decisiva.⁴⁹

Vários outros documentos comprovam as políticas educacionais aspiradas pela Junta Militar e o Ministro correspondente à Educação. Na Ata de reunião nº 01⁵⁰ do ano de 1976, pode-se observar que nos primeiros meses do novo governo, várias foram as decisões tomadas no âmbito educacional, como a revogação da autonomia universitária e a restrição da liberdade acadêmica. Logo da tomada do poder, foram designados novos reitores e diretores para as unidades de ensino, como primeiro passo para o controle educacional. As metas da educação na Argentina deveriam servir efetivamente aos objetivos da nação, consolidando os valores e aspirações culturais do “ser argentino”, ou seja, deveria haver uma “política educacional em todas as ordens e níveis baseados na disciplina e com um conteúdo nacional e cristão”. Durante o Processo, não houve a criação de um manual ou leis regulamentares para um plano educacional fixo e constitutivo de um modelo controlador e autoritário na educação. Tanto que, foram cinco Ministros titulares do Ministério da Cultura e Educação.

Pode-se dizer que os principais objetivos da Educação do Processo de Reorganização Nacional seria a “conformación de un sistema educativo acorde con las necesidades del país, que sirva efectivamente a los objetivos de la Nación y consolide los valores y aspiraciones culturales de “ser argentino.”⁵¹

Os primeiros atos de repressão foram imediatos à tomada do poder, como podemos observar na Ata nº 03/1976⁵² que reserva uma parte para as resoluções sobre o sistema educativo. Nela ficou aprovada a revogação da autonomia universitária, ou seja, foi instituída a restrição da liberdade acadêmica, além da presença da polícia nas escolas quando fosse julgado necessário. Houve ainda várias substituições de reitores para várias universidades. A

⁴⁹ Idem, p. 35

⁵⁰ JUNTA MILITAR. Comando general de la Armada. **Ata de reunião realizada nos dias 10 e 09 de julho de 1976**. Tomo I, p. 15.

⁵¹ Congreso de la Nación. **Bases para el Proceso de Reorganización Nacional**- Índole Educacional. Marzo de 1976. Argentina

⁵² Congreso de la Nación. **Ata de reunião realizada no dia 01 de dezembro de 1977**. Tomo II, p. 55.

Educação constituía um dos pilares principais no Regime, no sentido de que foi um dos campos onde a repressão foi mais intensa e articulada. Não houve um plano educativo para 1976. Logo após o golpe, foram tomadas várias medidas nos vários níveis da educação argentina. Foi um dos ministérios com o maior número de gestões, o que impossibilita falar de um projeto homogêneo e claro. O que podemos afirmar é que o esquema repressivo do Processo seguia um modelo pouco preciso e muito abrangente, o que Pablo Pineau sintetizou como: “Todo feito social é um feito político. Todo feito político é um feito subversivo. Todo feito subversivo deve ser reprimido.”⁵³ Dessa forma, qualquer ação dentro ou fora da escola deveria ser punido. Havia a impossibilidade de formação de grupos estudantis e grêmios. Assim como qualquer coisa que lembrasse um grupo de pessoas reivindicando algo. A estratégia repressiva teve como objetivo primordial disciplinar o sistema educativo e exterminar dele os elementos de modernização e agitação das décadas anteriores, colocada dentro do grande rol das ações subversivas.

No Anexo IV da Ata nº 40/1977⁵⁴, há uma tentativa para firmar um Plano Educativo Nacional, que contém a situação atual da Argentina, os anseios do Golpe na área da educação e as políticas necessárias para se chegar a esse objetivo proposto. A política educativa deveria se desenvolver para servir efetivamente aos objetivos da nação e consolide os valores e aspirações culturais do ser argentino. O plano incluía a supressão de toda atividade política partidária em todos os níveis. Nesse Plano, há a descrição por área das ações que deveriam ser efetivadas para se chegar ao objetivo principal, além das várias deficiências do sistema educativo atual. Segundo a Junta:

La juventud en la República Argentina debe alcanzar metas y ideales por los cuales apasionarse, ideas por defender, doctrinas políticas, sociales y económicas sólidas como para enfrentar las que as mono llenas- aunque falsas o negativas –difunde la subversión internacional.⁵⁵

Haveria que criar um mecanismo educacional que blindasse o estudante argentino contra o vírus da subversão, através da articulação da família- estado- Igreja. Há ainda a preocupação com as bases para a reestruturação do Sistema Educacional, a começar pelo Ministério da Cultura e Educação. Seguem as caracterizações dos objetivos de cada nível de ensino, retornando sempre à necessidade de civilidade e cristianização da sociedade

⁵³PINEAU: 1980, p. 43

⁵⁴Idem. Anexo IV. P. 68.

⁵⁵Idem. Anexo IV. P. 69.

estudantil. No anexo I da Ata nº 69/1978 há os planos para área educativa, com ambições de manter um ensino baseado na concepção crista, com ênfase no respeito à história e nacionalidade argentinas.

A escola modelo deveria formar o jovem argentino de acordo com os parâmetros golpistas de ordem, capitalismo e cristianismo. Quem não o fizesse seria punido e não muito dificilmente engrossaria a lista de desaparecidos, composta logo nos primeiros dias do golpe. As intervenções na vida estudantil foram de vários aspectos. Tanto ideológico quanto comportamental. Havia regras de como se vestir e agir, tanto para alunos como para professores. O currículo foi também modificado, livros foram queimados e vários outros, censurados. Autores que conseguiram fugir se exilaram, os que não o fizeram, desapareceram. Nas reuniões das Juntas Militares, a educação é um tema recorrente, sendo sempre traçados planos e objetivos para essa área vigiada tão de perto.

Tanto que em 1978, foi dado início, sob o comando de Augustín C. Valladares e Roberto Viola à *Operación Claridad*. Caracterizada por Pablo Pineau em seu livro *El principio del fin: Políticas y memorias de la educación en la última dictadura militar (1976-1983)* como conjunto de ações de espionagem, repressão e investigação no âmbito escolar. Funcionários, docentes e inspetores foram interrogados sobre vários aspectos do cotidiano escolar e principalmente sobre as regras impostas pelo governo. Esta operação mostra como os órgãos governamentais estavam articulados, pois o Ministério do Interior, juntamente com o Ministério da Cultura e Educação e o Serviço de Inteligência do Estado se uniram para uma maior eficiência.

Para o exercício de ação do Plano de Execução Nacional para os anos de 1979 a 1981, presentes na Ata nº 75/1979, a Junta Militar fez várias reuniões onde traçaram-se os objetivos para os próximos anos, últimos do Governo Videla. Para a Área Interior e Institucional, entre as medidas que continuariam a ser tomadas estavam:

[...] desalentar inequívocamente toda expectativa reivindicatoria de aquellos dirigentes políticos que no puedan brindar un aporte positivo a la marcha del Proceso (...) mantener el receso político de las estructuras partidarias e (...) continuar la tarea de eliminación de los centros de infiltración ideológicos del marxismo y del terrorismo.⁵⁶

⁵⁶JUNTA MILITAR. Edificio “Libertad”. **Ata de reunião realizada no dia 07 de setembro de 1978.** Tomo III, Anexo I. P. 60.

Na área Cultural e Educacional foram apresentadas estratégias para reverter a subversão cultural e estratégias para aperfeiçoar o sistema educativo. Um dos objetivos seria evitar a “deformação” ideológica da juventude, a partir da manutenção dos valores cristãos como meio para manter a segurança interna da Nação. Para chegar a esses objetivos era necessário um conjunto de ações, como atualização do currículo “en todos los niveles, en función de la cosmovisión cristiana y de las exigencias de la formación técnico profesional, aumentando su capacidad formativa para enjugar los déficit ético- moral y cívico- social.”⁵⁷

A relação entre a Doutrina de Segurança Nacional e a educação é tão verossímil que a Junta Militar concluiu que para a continuidade da proteção do país, e para a criação de novos planos de ação, era necessária a conscientização da população o que seria incutido através da utilização do sistema educacional formal e informal. A rede de interligações entre a Inteligência e a educação está intimamente ligada, como ressalta Guadelevicius:

La censura y el control cultural estaban claramente centralizados en el Ministerio del Interior, que fue el gran controlador de este tema en la Argentina. Allí funcionaba la Dirección General de Publicaciones (DGP), organismo que disponía del poder de Policía, para controlar el cumplimiento a través de la Policía Federal pudiendo en caso de ser necesario, solicitar la colaboración de las Fuerzas Armadas en todo el territorio nacional. Con ese organismo también interactuaban la SIDE (Servicio de Inteligencia del Estado), los Estados Mayores de las tres Fuerzas Armadas, el Ministerio de Relaciones Exteriores y las dependencias propias del Ministerio del Interior, además de mantener un contacto permanente con El Ministerio de Educación. «Ese intercambio con Educación se producía directamente con una dependencia llamada “Asesor de gabinete” o “Recursos Humanos”, a cargo de un oficial superior del Ejército. Era, en realidad, el espacio institucional dentro del cual funcionaba la delegación del servicio de inteligencia del Ejército que se ocupaba de hacer inteligencia en la red escolar.”⁵⁸

Ou seja, esse seria o campo principal para a propagação da ideologia (ou filosofia) do Processo. “La conciencia de seguridad de la población y la fortaleza del sistema socio-cultural y económico serán esenciales para la preservación tanto de los valores y principios

⁵⁷ Idem. Anexo II. P. 67.

⁵⁸ GUDELEVICIUS, Maria. **La política educativa implementada durante el primer año Del Proceso de Reorganización Nacional**: contradicciones y limites. Buenos Aires: 2003. P. 98

que caracterizan nuestro estilo de vida, como también de los otros intereses vitales de la Nación.”⁵⁹

Umas das principais resoluções do Ministério da Cultura e Educação foi a de nº 583 de 27 de outubro de 1977, o folheto *Subversión en el ámbito educativo (Conozcamos a nuestro enemigo)*, na gestão de Juan José Catalán. Tal folheto tinha objetivos claros, tal como o título “*Conozcamos a nuestro enemigo*”, ou seja, o folheto tinha a missão principal de mostrar traços e métodos para a identificação dos supostos subversivos no ambiente escolar. Isso só reforçava a missão do Processo, ao mesmo tempo em que alertava os constituintes da escola sobre a suposta agressão marxista que a Argentina vinha sofrendo. O texto se dirigia principalmente aos docentes para que pudesse detectar os inimigos da nação e que pudessem deixar esse legado para as gerações vindouras e ele há o esclarecimento de termos como “comunismo”, “guerra”, “subversão” e “agressão marxista internacional”. Segundo o folheto, o contágio comunista ocorria através do controle da personalidade física e moral e do assedio por parte dos subversivos à pessoa normal, quando este era destituído de família, moral ou religião, assim, todas as dificuldades na economia, na sociedade e nos desequilíbrios eram causadas não ao certo pelo desgoverno, mas por essa agressão marxista cuja Argentina vinha sofrendo. Daí o perigo ideológico do marxismo.

O folheto faz ainda uma listagem das principais organizações estudantis que eram consideradas subversivas, para que os professores ficassem vigilantes quanto à tentativa de nova organização. Esses grupos e principalmente os da juventude universitária eram acusados de aliciar jovens com um discurso “mais leve”, como as reivindicações por restaurantes na universidade ou por mais democracia no modo de ingresso nesta. Ao captar a atenção desses estudantes, o teor das conversas nas reuniões mudaria para falar das “injustiças sociais”, “pela retirada da polícia da universidade”, “pela liberdade dos trabalhadores e estudantes”, etc. a partir dessas reuniões, esses alunos são convencidos à participar de atos terroristas fora da universidade, como a explosão de alguns locais públicos significativos. Por fim, segundo o folheto, a Argentina sofria de uma “enfermidade moral” e estava relegado também aos professores a tarefa de extirpar esse mal no âmbito educativo. Os docentes tinham então a função de “custódios da nossa soberania ideológica” com a obrigação moral de denunciar os

⁵⁹JUNTA MILITAR. Congreso de la Nación. **Ata de reunião realizada no dia 19 de dezembro de 1979**. Tomo IV, Anexo II, p. 30

que fossem contra o regime em questão. Quem fosse contra o Processo era contra a própria Argentina.

A censura no meio educacional abrangia desde livros infantis com fundo moral, à livros acadêmicos. Livros literários também, que infringissem ao ver dos militares, a moral e a ética da família cristã também seriam certamente queimados e seus escritores presos. Histórias onde os personagens tinham vontade desafiadora, senso de justiça e autocontrole eram vistos com maus olhos pela comissão que deveria cuidar. Vários autores eram vistos com maus olhos, entre eles, García Márquez, Pablo Neruda, Vargas Llosa, Eduardo Galeano, Proust e Saint- Exupéry.

Com relação aos conteúdos, os de ordem social e sociologia das idéias foram os menos aceitos. Nenhum conteúdo que ameaçasse a ordem vigente ou que incitasse o livre pensamento, como uma desvirtuação, era combatida. Além disso, o sistema educativo não participava da elaboração deste, apenas o governo o decidia. Assim:

[...] una de las modificaciones más notables que experimentó el currículum de la educación secundaria fue el reemplazo de la materia Estudios de la Realidad Social Argentina (ERSA) por Formación Moral y Cívica. En general, se produjo una descontextualización de los contenidos curriculares, desligándolos de las condiciones socio-históricas. Así, las modificaciones del currículum implicaron una pérdida de significatividad, y un vaciamiento de contenidos, que tuvo consecuencias en el largo plazo en un deterioro de la calidad educativa.⁶⁰

Para ser considerado um bom professor, este deveria exercer sua profissão sem muita reflexão, pois:

[...] la desaparición y secuestro de estudiantes y docentes la acompañó la expulsión de maestros y profesores, el control de los contenidos, la prohibición de libros, el control de las actividades de los alumnos, padres y docentes, y la regulación de los comportamientos visibles (ropa, cortes de pelo, etc.) se extendieron a lo largo de todo el período.⁶¹

Durante todo o período ditatorial, os militares buscaram manter um controle também sobre o currículo e um dos principais feitos, foi a substituição da disciplina Realidade Social da Argentina por Formação Moral e Cívica. A cultura Greco- romana, a tradição bíblica e os valores da moral cristã foram seus pilares. Juntamente com essa medida, o conteúdo histórico foi descontextualizado, excluindo os fatores históricos- sociais dos fatos. Houve um

⁶⁰RAGGIO, Sandra (coord.). **Memoria en las aulas: la educación durante la última dictadura militar.** Comisión Provincial por la Memoria. Buenos Aires: 2003. P. 05

⁶¹Idem.

verdadeiro esvaziamento de conteúdos socialmente significativos. A noção de bom cidadão perpassava por uma consciência de subordinação e obediência.

No tocante aos docentes e sua formação, a ditadura produziu professores numa “linha de produção” que visava à profissionalização dentro das normas da Segurança Nacional. O bom professor seria aquele sem riscos de contaminação e ideológica. Ele não deveria pensar, nem instigar a investigação crítica aos seus alunos. Seus requisitos mais valorizados foram a capacidade técnica e não a instigadora. “se buscaba la neutralidad del docente, concentrada en una ejecución sin reflexión. En este marco, se instalaba la categoría del docente como profesional, centrando su actividad en la eficiencia y la neutralidad.”(pag. 08) Nessa época, a criação, manutenção e participação de sindicatos foram duramente reprimidas.

Durante o governo de transição, a partir de Viola e principalmente Galtieri, a educação foi assumindo um caráter mais aberto, voltando a ter como seu principal objetivo, a formação de cidadãos pensantes. A seguinte tabela ilustra bem as principais diferenças entre o período totalitário e a redemocratização, no âmbito do ensino.

Valdés compartilha da idéia de que o sistema educacional era um dos mais visados pela junta militar em operações anti-subversivas, através do doutrramento. Essa técnica combina a censura prévia com autocensura. O pensamento era “El proceso de adoctrinamiento se completa a través del sistema educacional.”⁶² no âmbito educacional, as metas são mais a longo prazo, pois sabe-se que a formação de mentalidades é demorada, mas valerá a pena em nome de uma nação livre do perigo vermelho.

Objetivos do adoctrinamiento: “lo que se pretende es la creación de un ‘hombre nuevo’, de una nueva generación ‘purificada’ de todas las ideas y valores que podrían poner en peligro los objetivos de la seguridad nacional y de la unidad política en torno al Estado.”⁶³

Sendo assim, não vacila em usar todos os meios que lhe permitissem criar um entre os estudantes um estado de consciência individual e coletiva de modo que se identificassem com os planos e metas do governo. Para isso, as práticas variavam de expulsão dos docentes à retirada ou introdução de disciplinas nos mais variados níveis de ensino.

Novaro & Palermo: as universidades foram as principais atingidas no âmbito educacional, pois acreditava-se que a partir dela e em prol dela o vírus subversivo se

⁶²VALDÉS, Jorge A. Tapia. **El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sul**. Ed. Nueva Imagen. México, 1980. P. 232

⁶³ Idem, p. 223.

difundisse mais rápido e com mais eficiência. Logo, este era um ponto muito nocivo a ser tratado. Segundo José Manuel Azcona:

En la universidad el control fue absoluto, los alumnos que habían tenido alguna participación política que no se escondieron o exiliaron corrieron el mismo destino: la desaparición. Los profesores también sufrieron represión por lo que el empobrecimiento académico fue tremendo, ya que además de las prohibiciones, el terror implantado fue tan grande que enmudeció a la Academia: las universidades fueron intervenidas y los planes de estudio modificados. Lo mismo pasó en las escuelas secundarias, donde se impusieron regímenes disciplinarios de colegios militares, desaparecieron estudiantes y profesores, y el resto se limitó a concurrir a las aulas con carácter asustado. Los planes de estudio fueron intervenidos y se prohibieron autores y asignaturas en todas las disciplinas. Numerosos docentes fueron cesados y alejados de las aulas durante toda La dictadura, en todos los niveles de la enseñanza. La vida de los jóvenes de entonces transcurrió con silencio, miedo y mucha represión, aun para quienes nunca habían tenido ninguna participación política. Eso sucedió en todo el país, tanto en el interior como en las grandes ciudades. Por supuesto que la represión en las ciudades grandes fue mucho mayor y cambio totalmente la vida: la noche era mas “tranquila”, “mas ordenada”, sin “subversión política”.⁶⁴

Na Resolução de nº 1709/1980, sobre a aprovação do Plano de Curso de História para o ano de 1981. Observa-se que a disciplina de História possui o único objetivo de, através dela, conhecer os principais feitos históricos, além de relacionar os períodos da história argentina com os correspondentes ao processo da civilização ocidental para que os alunos valorizem a influencia, significação e transcendência da cultura cristã na conformação dos valores fundamentais da civilização ocidental. A História é vista apenas como um meio para que os alunos desenvolvam o sentimento de nacionalidade e valorização da história nacional. Vê-se aqui uma história tradicional, cujo principal objetivo é a exaltação dos grandes feitos memorialísticos.

O tema da identificação e combate à subversão estava na maioria das resoluções ministeriais, em especial na resolução de nº 1614/1980 nos traz o Guia Programático da disciplina Formación Moral y Cívica para o ano de 1981. Nela há uma listagem dos tópicos e livros que deveriam ser utilizados em sala de aula e entre os objetivos da disciplina estavam: “lograr que El alumno identifique los mensajes que atentan contra los valores de la Nación Argentina: fe en Dios, unidad, amor a la Patria, libertad, justicia, familia, solidaridad para El

⁶⁴AZCONA, José Manuel. **Metodología estructural de la represión en la Argentina de la dictadura (1976-1983)**. Alcalá: Ed Universidad de Alcalá, 2011. P. 42.

bien común.”⁶⁵. Na divisão “o homem e suas realizações políticas” há o subtópico: distintas formas de subversão= o marxismo internacional. Esse foi um dos assuntos mais recorrentes e indicados, pois era a urgência do momento, na visão da Junta militar.

⁶⁵EDUCACIÓN: 1980, p. 7

CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos elencar as principais ações influenciadas pela Doutrina de Segurança Nacional aplicadas no âmbito educacional durante a ditadura militar argentina (1976- 1983) num contexto de pretensão de reorganizar a sociedade com o extermínio da subversão. Pudemos observar, através de toda a documentação reunida, que o Processo tinha forte base ideológica, que foi estendida a toda população num momento de grave crise institucional.

A junta militar planejou o golpe com muita antecedência e segurança de que haveria o apoio civil, pois já fazia parte da história argentina que as forças armadas intervissem no controle político do país, como uma espécie de cruzada salvadora que colocaria o país nos trilhos. A partir da idéia de inimigo interno que planejava implantar o marxismo, o Processo caçou e na maioria das vezes executou quem se opôs. Pois cada ação social era uma ação política. E ação política era o mesmo que subversão. Logo da tomada do poder, com a reformulação da Constituição foi instituída a pena de morte, mas, durante todo o Processo, todas as mortes cometidas pelo estado foram clandestinas.

O clima de repressão ideológica nunca teve contornos muito claros, pois era difícil não se enquadrar como um subversivo, pois qualquer ação suspeita, como a formação de grêmios estudantis ou outros agrupamentos sociais era vista como uma ação reivindicatória. Também havia muita pressão para a delação de pessoas consideradas suspeitas. Assim, a fim de extirpar esse mal ou essa enfermidade, como era chamada a subversão, o controle na área educacional foi gigantesco.

Esse foi um campo considerado o mais propício para a infiltração das idéias marxistas ou opositoras do governo, já que é um lugar de formação e troca de idéias. O controle na escola como um todo foi desde a vestimenta, padronizada e extremamente em ordem (pois desalinho, barba e cabelo por fazer caracterizavam pessoas esquerdistas) até o currículo escolar. Uma das principais mudanças notadas foi a substituição da disciplina Estudos da Realidade Social Argentina por Educação Moral e Cívica. Também destacamos a rotatividade da cadeira do Ministério da Cultura e Educação, o que só comprova a tese de que a pretensão foi sempre a de controlar o sistema educacional a fim de exterminar a subversão. Os métodos é que variaram.

Os vestígios negativos da má administração e do desrespeito aos direitos humanos marcam até hoje a sociedade argentina. A chamada reorganização da sociedade na verdade não conseguiu mudar muita coisa para melhor. Segundo Videla, a única coisa na qual o

Processo foi exitoso foi o combate à subversão. Ou seja, a lembrança mais forte que ficou na memória dos argentinos foi a ausência dos milhares de vítimas da repressão estatal. E a indefinição sobre o paradeiro dos corpos. A educação na maioria das cinco zonas nas quais o país foi dividido ficou defasada em retrocesso. Por ter sido privada de assuntos importantíssimos para o currículo, como por exemplo, a matemática avançada e a discussão crítica da maioria dos assuntos.

Os estudantes formaram a segunda maior categoria entre os desaparecidos, ficando atrás somente dos trabalhadores. Logo depois vem os professores, formando um grosso número de vítimas. Os militares tinham a certeza que deveria ser no campo educacional a maior luta travada contra a subversão e empreendeu sobre este campo, táticas ancoradas na Doutrina ou Ideologia de Segurança Nacional, âncora do regime.

O Processo de Reorganização Nacional, assim como qualquer outro regime fechado, que não ofereça saída diplomática nem justa a seus cidadãos devem ser estudados a exaustão, na expectativa de que, quanto mais se entenda, mais se fortifique para que eventos como esse não voltem a ocorrer, nunca mais. Estudando a educação, a economia, a sociedade, e todos os aspectos que conseguirmos, estaremos mais fortes e preparados para evitar a repetição de eventos os quais aprendemos com a experiência história que não devem voltar a emergir.

FONTES

a) Atas:

JUNTA MILITAR. Comando general de la Armada. **Ata de reunião realizada nos dias 10 e 09 de julho de 1976.** Tomo I, p. 15.

_____. Comando general de la Armada. **Ata de reunião realizada nos dia 25 de agosto de 1976.** Tomo I, p. 23.

_____. Casa de Gobierno. **Ata de reunião realizada no dia 21 de março de 1977.** Tomo I, p.

_____. Congreso de la Nación. **Ata de reunião realizada no dia 01 de dezembro de 1977.** Tomo II, p. 55.

_____. Edificio del Congreso de la Nación. **Ata de reunião realizada no dia 26 de julho de 1978.** Tomo III, p. 20.

_____. Edificio “Libertad”. **Ata de reunião realizada no dia 07 de setembro de 1978.** Tomo III, p. 52.

_____. Congreso de la Nación. **Ata de reunião realizada no dia 11 de janeiro de 1979.** Tomo III, p. 122.

_____. Congreso de la Nación. **Ata de reunião realizada no dia 07 de setembro de 1979.** Tomo III, p. 233.

_____. Edificio “Libertad General San Martín”. **Ata de reunião realizada no dia 13 de novembro de 1979.** Tomo III, p. 255.

_____. Congreso de la Nación. **Ata de reunião realizada no dia 19 de dezembro de 1979.** Tomo IV, p. 12.

_____. Edificio “Libertad General San Martín”. **Ata realizada no dia 26 de fevereiro de 1980.** Tomo IV, p. 54.

_____. Edificio “Cóndor”. **Ata de reunião realizada no dia 11 de março de 1980.** Tomo IV, p. 65.

_____. Edificio “Libertad General San Martín”. **Ata de reunião realizada no dia 14 de abril de 1981.** Tomo IV, p. 186.

_____. Edificio “Libertador”. **Ata de reunião realizada no dia 30 de março de 1982.** Tomo V, p. 33.

_____. Edificio “Cóndor”. **Ata de reunião realizada no dia 10 de novembro de 1982.** Tomo V, p. 99.

_____. Edificio “Libertad General San Martín”. **Ata de reunião realizada no dia 25 de novembro de 1982.** Tomo V, p. 241.

b) Resoluções do Ministério de Cultura y Educación:

EDUCACIÓN, Ministerio de la Cultura y. **Resolución nº 03/1976:** acerca de la fijación de los contenidos de la asignatura Formación Cívica. Argentina, 1976.

EDUCACIÓN, Ministerio de la Cultura y. **Resolución nº 728/1976:** Implantación de la asignatura Formación Cívica en reemplazo de Estudio de la Realidad Social Argentina. Argentina, 1976.

EDUCACIÓN, Ministerio de la Cultura y. **Resolución nº 523/1977:** Fijación del libreto Subversión en el ámbito educativo Conozcamos a nuestro enemigo. Argentina, 1977.

EDUCACIÓN, Ministerio de la Cultura y. **Resolución nº 1635/1978:** que tras las Normas sobre las características, tratamiento y uso de los símbolos nacionales. Argentina, 1978.

EDUCACIÓN, Ministerio de la Cultura y. **Resolución nº 923/1979:** Aprobación del programa “Hacia La renovación de la escuela media”. Argentina, 1979.

EDUCACIÓN, Ministerio de la Cultura y. **Resolución nº 1709/1980:** Aprobación del Plano del Curso de la asignatura de Historia para el año de 1981. Argentina, 1980.

EDUCACIÓN, Ministerio de la Cultura y. **Resolución nº 497/1981:** Fijación de la asignatura Formación Moral y Cívica y Educación Cívica del Bachillerato libre para adultos, sin correlaciones. Argentina, 1981.

EDUCACIÓN, Ministerio de la Cultura y. **Resolución n° 1902/1980:** Sobre a substituição da bibliografia sugerida na resolução anterior. Argentina, 1980.

EDUCACIÓN, Ministerio de la Cultura y. **Resolución n° 1614/1981:** El guía programática de Formación Moral y Cívica para el año de 1981. Argentina, 1981.

c) Outros documentos:

ARGENTINA, República. **Documentos básicos y bases políticas de las Fuerzas Armadas para el Proceso de Reorganización Nacional.** Buenos Aires, 1980.

EDUCACIÓN, Ministerio de la Cultura y. **Bases y alternativas para una Ley general de la educación (recopilación de antecedentes doctrinales.** Buenos Aires, agosto de 1980.

EJÉRCITO, Estado Mayor General del. **Marxismo y subversión (ámbito educacional).** Buenos Aires, 1980.

_____. **Programa de Política Educacional.** Argentina, março de 1978.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Regimes militares e a Segurança Nacional no Cone Sul.** Militares e Política, n.º 9 (jul.-dez. 2011), p. 64-82.

ALMEIDA, Agassiz. **A ditadura dos generais:** estado militar na América Latina. O calvário na prisão. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

AZCONA, José Manuel. **Metodología estructural de la represión en la Argentina de la dictadura (1976- 1983).**Alcalá: Ed Universidad de Alcalá, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Poder: Uma nova história política? IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2012.

CATOGGIO, Maria Soledad. **La última dictadura militar argentina (1976-1983):** La ingeniería del terrorismo de Estado. Sudamericana: Buenos Aires, 2001.

CHERESKY, Isidoro. **Rumo à Argentina pós- autoritária.** IN: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (compiladores). Crise e transformação dos regimes autoritários. São Paulo: Ed. Cone, 1986.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional:** o poder militar na América Latina. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1978.

CONADEP. **Nunca Más:** Informe da Comissão Nacional Pelo Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre.

CORRALDI, Juan. **A Cultura do medo na sociedade civil:** reflexões e propostas. IN: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (compiladores). Crise e transformação dos regimes autoritários. São Paulo: Ed. Cone, 1986.

CRESPO, Horacio; LIDA, Clara e YANKELEVICH, Pablo. **Argentina, 1976:** Estudios en torno al golpe de Estado. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2008.

DI TELLA, Torcuato S. **História social da Argentina contemporânea.** Brasília: FUNAG, 2010.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. IN: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FEIERSTEIN, Daniel (comp.). **Terrorismo de Estado y genocídio en la América Latina**. 1a ed. - Buenos Aires: Prometeo Libros: Programa de las Naciones Unidas para el desarrollo - PNUD, 2009.

FILIPPA, Nely M. **Educación Personalizada y Dictadura Militar en Argentina 1976-1983**. Ed. FFHA: San Juan, 1997.

GARRETON, Manuel Antonio. **Projeto, trajetória e fracasso das ditaduras do Cone Sul: um balanço**. IN: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (compiladores). Crise e transformação dos regimes autoritários. São Paulo: Ed. Cone, 1986.

GUDELEVICIUS, Maria. **La política educativa implementada durante el primer año Del Proceso de Reorganización Nacional: contradicciones y limites**. Buenos Aires: 2003.

LEIS, Héctor Ricardo. **A odisséia argentina**. Revista Política e Sociedade. Nº 09, outubro de : Santa Catarina, 2006.

MAIA, Fábio Fernandes. **A dimensão epistemológica do discurso da Doutrina de Segurança Nacional no contexto das ditaduras da América Latina**. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI: Fortaleza, 2010.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática – tradução Alexandra de Mello e Silva. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.**

PADRÓS, Enrique Serra. **Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino- americanas**. IN: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes ; ARAÚJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura e democracia na América Latina: histórico e perspectivas. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2008.

PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado na Argentina de 1976 a 1983**. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 2004.

PINEAU, Pablo; MARÍÑO, Marcelo; ARATA, Nicolás; MERCADO, Belén. **El principio del fin: Políticas y memorias de la educación en la última dictadura militar (1976- 1983)**. Ed. Colihue: Buenos Aires, 1980.

RAGGIO, Sandra (coord.). **Memoria en las aulas:** la educación durante la última dictadura militar. Comisión Provincial por la Memoria. Buenos Aires: 2003.

RAMPINELLI, Waldir José. **Terrorismo de Estado na Argentina.** IN: Revista brasileira de estudos latino- americanos. V. 1, n 3, fev. 2002.

RANALLETTI, Mário. Contrainsurgencia, catolicismo intransigente y extremismo de derecha en la formación militar argentina: *Influencias francesas en los orígenes del terrorismo de Estado (1955-1976)*. IN: FEIERSTEIN, Daniel (comp.) **Terrorismo de Estado y Genocidio en America Latina.** Buenos Aires : Prometeo Libros, 2009.

REATO, Ceferino. **Disposición final:** la confesión de Videla sobre los desaparecidos. Argentina: Sudamericana, 2012.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Trad. de Dora Rocha. RJ, Ed. UFRJ- Ed. FGV, 2004.

RIBEIRO, Marcos Vinícius. **De Perón a Videla.** Revisão histórica e historiográfica do Terrorismo de Estado na Argentina (1976-1978). Marechal Candido Rondon, Ed. Da UNIOESTE, 2009.

ROMERO, Luis Alberto. **La violencia en la historia argentina reciente:** un estado de la cuestión. IN: historicizar o pasado vivo en la América Latina. Fondo de Cultura Economica: Buenos Aires., 2007.

_____. **História contemporânea da Argentina.** Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2006.

_____. Las raíces de la Dictadura. **Revista Puentes.** Março, 2001. P. 26- 29.

SANTIAGO, Acerbispado de. **Dos ensayos sobre seguridad nacional.** Ed. Vicaria de la Solidaridad. Santiago de Chile, 1979.

VALDÉS, Jorge A. Tapia. **El terrorismo de Estado:** la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sul. Ed.